

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

MARISTELA SILVA FIEL

**ÉTICA NAS RELAÇÕES SOCIAIS: “O JEITINHO
BRASILEIRO”**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

São Paulo

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

MARISTELA SILVA FIEL

**ÉTICA NAS RELAÇÕES SOCIAIS: “O JEITINHO
BRASILEIRO”**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Psicologia Clínica, sob orientação da Professora Doutora Rosa Maria Stefanini Macedo.

São Paulo

2010

BANCA EXAMINADORA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Revisado conforme o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Fiel, Maristela Silva.

Ética nas relações sociais: O “jeitinho brasileiro”, (98) pgs.

Dissertação (mestrado) São Paulo. 2010. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Título em inglês: “Ethics in social affairs: the “brazilian way”

Palavras-chave: Ética, moral, transgressão, “jeitinho brasileiro”, cidadania.

Dedico este trabalho às pessoas que permanecem abertas para se afetarem e se apegarem a si, aos outros, à espécie humana e ao mundo natural.

Dedico às pessoas que buscam encontrar significado para as suas vidas e que pensam em construir para si, para os seus, para a humanidade e para o mundo condições de vida boa e justa.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pela história de família que construímos, pelos exemplos de vida e de superação.

Agradeço à minha orientadora Prof. Dra. Rosa Maria Stefanini de Macedo por acreditar no meu projeto e compartilhar seu saber acadêmico construído em meio a todos outros projetos de vida (mulher, esposa, mãe, avó). Obrigada por enriquecer o meu universo e por me tornar uma eterna aprendiz.

Meus sinceros agradecimentos à Prof. Dra. Ida Kublikowski por seu comprometimento a ensinar o rigor acadêmico, mesmo fora da sala de aula. Obrigada pelas contribuições que tanto enriqueceram esta pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Ives de La Taille por sua generosidade e cuidado em conduzir-me como aprendiz e ensinar-me a me guiar por caminhos não comuns, por me fazer exercitar a humildade, pois como aprendizes não temos como chegar ao destino que almejamos, mas podemos iniciar o caminho para consegui-lo.

Agradeço às Tias Edna e Elizena minhas primeiras mestras queridas. Obrigada aos meus professores: Edson, Donatto, Luiz Henrique e Ednilton José Sant'Anna pessoas com quem aprendi muito mais que o conhecimento formal, agradeço pelo exemplo, pelo compromisso e pelo amor.

Agradeço a Nuno Simões, que a partir do nosso amor me ajudou a sonhar com projetos de vida compartilhados, a reconsiderar verdades preestabelecidas e a me comprometer com nossa verdadeira história.

Agradeço ao meu primo Leandro Fiel companheiro de vida e de estudo. Obrigada pela escuta, perguntas e discussões que me fizeram sair do mundo abstrato e dar significado ao meu aprendizado.

Agradeço ao casal Mirian Fiel Gugliotti e Roberto Gugliotti que foram generosos em compreender a minha pouca participação no seu novo projeto de vida.

Agradeço aos meus amigos Edson Defendi, Mara Rossi, Marcio Sant'Anna, Silvana Barbosa, Célia Melo, Fabiana Saigh, Tabatha Dutra, Elza Montoro, Ednei

Rocha, João Palma, Juliana Pauleti, Sushi e tantos outros que no decorrer da minha vida e destes três anos contribuíram com apoio, com vivências, com amor e cuidado.

Por fim, não posso deixar de agradecer às experiências que me fizeram julgar quem eu não queria ser como pessoa, mulher e profissional.

É a verdade o que assombra

O descaso que condena

A estupidez o que destrói

Eu vejo tudo o que se foi

E o que não existe mais

Tenho os sentidos já dormentes

O corpo quer, a alma entende

Esta é a terra-de-ninguém

Sei que devo resistir

Eu quero a espada em minhas mãos

(Legião Urbana, Metal Contra as Nuvens, 1991)

Resumo

Maristela Silva Fiel

Ética nas relações sociais: o “jeitinho brasileiro”

Este estudo teve como objetivo compreender como o contexto social brasileiro de transgressão interfere na “expansão de si mesmo”; quais julgamentos as pessoas fazem de situações em que as pessoas transgridem regras numa clara tentativa de adaptá-las aos próprios desejos (“jeitinho brasileiro”); como orientam suas ações nesse contexto e quais princípios definem em seus relacionamentos entre pares, com as instituições e com a rede social mais ampla. Para a construção deste estudo realizamos uma pesquisa qualitativa e interpretativa, enfatizando a natureza socialmente construída da realidade e a importância de compreender o fenômeno de forma contextualizada e sistêmica. O instrumento utilizado foi o grupo focal, que nos permitiu dialogar sobre o tema com os participantes e coconstruir conhecimentos sobre o fenômeno estudado. Foram entrevistadas dez pessoas de ambos os sexos, as idades variaram entre 18 à 52 anos, níveis sócioeconômicos C e B (dados da Agência Brasil) e níveis muito baixos ou nenhuma de vulnerabilidade (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS). Na análise e interpretação do conteúdo das entrevistas construímos quatro tabelas com os seguintes eixos temáticos: ética, moral, transgressão e valores; os quais foram posteriormente divididos em subcategorias. Os resultados obtidos demonstram que o individualismo, o “levar vantagem”, a competição e o declínio do mérito são norteadores na busca de autoconceito positivo. Vivemos numa cultura na qual a visibilidade está hierarquicamente acima do bom, do certo e do justo.

Palavras-chave: Ética, moral, transgressão, “jeitinho brasileiro”, cidadania.

ABSTRACT

This study has the objective of understanding how the Brazilian social context's transgression interferes in the "expansion of himself"; which judgments people do in situations where people transgress rules with the intention of adapt them to their own desires ("Brazilian knack"); how they guide their actions in that context and which principles they define in their relationships among pairs, with the institutions and with the social net. To construct this study we accomplished a qualitative and an interpretative research, giving emphasis on the building of a reality based on the social nature and the importance of understanding the phenomenon in the contextual and systemic way. Focal groups were used as research instruments, which allowed us to dialogue about this topic with the participants and co-build knowledge on the studied phenomenon. Ten people of both sexes were interviewed, ages varying between 18 and 52 years old, socioeconomic levels C and B (data from the "Agência Brasil") and very low or even null levels of vulnerability (data from the "Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS"). In the analysis and interpretation of the content of the interviews we built four tables with the following thematic axis: ethics, moral, transgression and values; they were then divided in subclasses. The results showed that the individualism, the fact of "taking advantage", the competition and the decline of merit are guidelines in the search of a positive self concept. We live in a culture where what is shown is hierarchically above the good, the right and of what is fair.

Keywords: *ethics, moral, transgression, "Brazilian knack", citizenship.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ÉTICA	19
1.1 Ética e Psicologia	24
2 MORAL.....	29
2.1 Desenvolvimento do Juízo Moral.....	34
2.2 Estágios do Desenvolvimento do Juízo Moral	36
3 TRANSGRESSÃO.....	40
3.1 Brasil - Movimentos Políticos ou Ausência Deles.....	42
3.2 O “jeitinho brasileiro”	46
4 PÓS-MODERNIDADE - CONTRUTIVISMO	51
4.1 Participação Cidadã	55
5 MÉTODO	59
5.1 Participantes	60
5.2 Instrumento.....	62
5.3 Procedimentos	64
5.4 Implicações Éticas	65
6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	66
6.1 Análise e discussão dos conteúdos das entrevistas.....	67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
9 ANEXO	97

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Descritivos dos Participantes (I)	61
Tabela 2 - Dados Descritivos dos Participantes (II).....	61
Tabela 3 – Categoria - Ética	67
Tabela 4 – Categoria - Moral.....	74
Tabela 5 – Categoria - Transgressão	78
Tabela 6 – Categoria - Valores	86

INTRODUÇÃO

É consenso entre os estudiosos do campo da ética que nós seres humanos, somos dotados de consciência moral, o que nos capacita a julgar o certo e errado, o bom e o ruim, o justo e o injusto. Somos seres éticos que formamos nossos julgamentos e senso de dever de acordo com a cultura da qual fazemos parte.

A ética pode ser pensada como o estudo dos juízos de apreciação que se referem à orientação da ação humana e também como o conjunto de regras e princípios que orientam a conduta humana no exercício da vida social (moralidade), ou ainda, o estudo da argumentação sobre o agir e o dever, campo da filosofia moral.

Nesta pesquisa, vamos entender a ética como a busca da “expansão de si mesmo”, de acordo com La Taille (2009: 125). A “expansão de si mesmo” é alcançada a partir de condições que garantam uma “vida boa”, de se obter sentido para a vida, da superação dos próprios limites e da construção de representações de si com valor positivo.

O caminho que percorremos para elaborar esta pesquisa foi uma constante construção, lapidando as arestas e buscando fazer um recorte preciso num campo tão abrangente e em constante transformação. Pensar a ética no mundo pós moderno é conviver com a incerteza. Passamos de uma ética dogmática que nos oferecia parâmetros pautados na religião para, na modernidade, nossas ações serem conduzidas pela razão e pela verdade e, atualmente, com o fracasso da promessa de progresso e segurança modernos, vivemos num mundo que exige muito de nossa capacidade reflexiva. Não temos mais certezas. No campo da conduta cotidiana temos que conviver com ações contraditórias e regras que se anulam com ações e argumentações que contrariam o certo e o errado, o bom e justo. Vivemos no tempo da tolerância que muitas vezes beira o relativismo puro ou a anomia, mas como afirmamos acima somos dotados da capacidade de julgamento, capacidade esta que se vê muitas vezes rebaixada pelas ameaças e inconstâncias da vida contemporânea.

Outro fator importante a ser ressaltado é que no período em que a ética era pautada na religião, seus seguidores conseguiam construir um autoconceito positivo baseado nos dogmas da igreja. Na idade da razão, a tradição conferia esse mesmo autovalor. Já nos dias atuais, as fronteiras estão borradas, as identidades são voláteis, não há parâmetros claros sociais que legitimem a construção de uma identidade integrada, e na busca de algo que nos confira autovalor, vemos uma constante busca do que faça sentido ou, um enrijecimento em dogmas (religiosos, nacionalista), na tentativa de não cair na anomia e de ter algum sentido para se viver.

Nosso interesse sobre o tema dessa pesquisa surgiu em meio a todas as denúncias sobre corrupção instaurada na política brasileira e também por estarmos inseridos nos contextos em que cotidianamente somos afetados pelo que se chama de “jeitinho brasileiro”, ou seja, uma maneira típica de nossa sociedade que visa o “se dar bem”, o lucrar, o ter ascensão social transgredindo regras morais numa clara tentativa de adaptar as leis aos próprios desejos.

Num contexto social em que houve um declínio da tradição, em que há desconfiança em todas as formas de conhecer e em que o “jeitinho brasileiro” é um dos aspectos identitários de um povo, notamos as dificuldades de construir valores positivos que norteiem nossas ações e que estabeleçam procedimentos no trabalho, na educação dos filhos, nas relações de amizade, familiares e amorosas.

O “caldo cultural” descrito acima nos leva a supor uma supervalorização do individual em detrimento do coletivo.

A relevância desta pesquisa está pautada na teoria de desenvolvimento da cognição e do juízo moral de Piaget, em que sabemos que há pré condições biológicas para conhecermos, para julgarmos moralmente; somos dotados de moral e ética. Porém, também sabemos que para que tais aptidões se desenvolverem é necessário que o meio ofereça boas interações. Desse modo, citamos Comte-Sponville (2007) e seu “Pequeno tratado das grandes virtudes” no qual ele expõe que a primeira virtude é a polidez, por entender que é responsável pelo despertar do senso moral e pré condições para que outras virtudes mais

refinadas se desenvolvam. No nosso entendimento, a ideia de Comte-Sponville é baseada na lapidação de nossos instintos a fim de desenvolvermos virtudes coconstruídas e legitimadas socialmente.

Nesse sentido, esse trabalho busca contribuir para que seja despertada nossa consciência de que somos atores sociais (agir) e que possamos construir práticas que visem desenvolver nossa consciência participativa.

Na clínica, argumentamos que clientes que viveram relações baseadas em violência física e/ou psicológica demonstraram dificuldade de perceber as implicações de tal ocorrência para suas vidas e de seus familiares, apresentam desesperança por não sentirem que fazem parte de um sistema justo e seguro, o que muitas vezes colabora para a construção de uma auto-estima rebaixada e/ou uma descrença no sistema.

Na pesquisa que realizamos sobre sequestro relâmpago ficou evidente que o sistema familiar, após sofrer o trauma, tende a repensar sobre seus valores e sua existência, as pessoas tendem a valorizar mais aspectos subjetivos do que os aspectos materiais da vida. Também, como resultado dessa pesquisa, obtivemos evidência de que as pessoas tendem a se isolar, buscando suas próprias medidas de segurança e justiça, como, por exemplo, um dos participantes relatou que numa situação avaliada por ele como de risco, foi levado à tentativa de atropelamento do indivíduo “suspeito” (FIEL, 2006).

O fato do sistema de justiça brasileira ter inúmeras falhas, e também de a impunidade ser uma realidade em nossa sociedade promovem uma individualização/particularização nas medidas de segurança. O Departamento de Estatísticas de Segurança Pública especificou que em 1999 os gastos da sociedade civil com segurança privada eram de 60% dos seus rendimentos (Ministério da Justiça, Custos Econômicos da Criminalidade).

Na população com alto índice de vulnerabilidade social, é sabido que se tem de buscar proteção de traficantes e “donos do morro”. Onde o Estado falhou, a sociedade civil reinventa formas de recobrar a segurança perdida.

Na vida cotidiana vemos diversos atos ilícitos e ações que beneficiam a uma pessoa em detrimento do outro e/ou outros (comunidade, sociedade)

praticados por políticos, pais, educadores, mídia, instituições, comunidades. Estas ações, na maioria das vezes, chegam ao nosso conhecimento por denúncias e nós, como cidadãos, esperamos as investigações e as punições, mas como a expressão popular diz “acabam em pizza”. Como, num meio em que ser “esperto”, “se dar bem” e tirar proveito para si em detrimento do outro, podemos construir autovalor positivo? Como podemos ter sucesso na expansão de si mesmo?

Nardi (2004) entende ética como a problematização da forma como pensamos nossa existência com os outros e com nós mesmos.

Para Maturana (2000), a ética expressa o desejo de continuidade de um conjunto social, remete ao equilíbrio e à revitalização dos diferentes valores que formam um conjunto social.

De acordo com estas definições, temos que nos questionar sobre a continuidade do conjunto social num mundo em que se produzem armas para a dominação e extermínio, em que se produzem desigualdades que promovem a doença, a fome, a exclusão e a morte, e no âmbito microssocial a corrupção, a indicação para emprego e/ou estudo, o superfaturamento de obras e gastos públicos, a compra de produtos ilegais. Esses exemplos devem ser pensados como fatores impeditivos do desenvolvimento da felicidade humana em que informações e tecnologias, hoje disponíveis, poderiam ser destinadas à resolução dos nossos problemas como um conjunto social.

A ética no seu sentido etimológico (*ethos* significa costume, regras, normas) não é algo pronto, mas construído histórica e socialmente expondo as características e valores da cultura coconstruída. A ética no nosso entender se dá pela participação, ou seja, pela coautoria.

Entendemos que a maneira de se comportar a partir do “jeitinho brasileiro” tem suas raízes no passado colonial, na história da constituição do Estado Brasileiro e da identidade brasileira que muitas vezes ocorreu de maneira dominadora e opressora, não dando voz e participação à população com menos poder social. Por essa razão, cremos que as transgressões às leis do Estado nos parecem ser um meio de manter o *status quo* em nossa sociedade, criando os personagens como o “malandro” e mantendo sentimento de inferioridade do

povo brasileiro em relação aos povos europeu e norte americano. Pensamos que a aquisição de valores positivos que embasam uma atitude ética é a possibilidade do brasileiro coconstruir uma sociedade justa e feliz, portanto, é uma reautoria da própria identidade.

Morin (2005) diz que a ética se manifesta para todos os seres humanos de maneira imperativa, como exigência moral. Exigência sentida no espírito, na cultura e ainda como herança genética do dever. Para ele, o ser sujeito é definido como *indivíduo-sociedade-espécie*. Então, para o autor, a ética está fundamentada no ato de religação individual com o outro, com uma comunidade, com uma sociedade, com a espécie humana.

A tríade postulada por Morin (2005), indivíduo-sociedade-espécie, é inseparável no mundo factual, pois hoje entendemos o funcionamento do mundo de modo sistêmico, ou seja, a inter-relação todo parte e parte todo. Falar em ética como um ato de religação, retroalimenta essa tríade de maneira a não mais enfatizar uma parte (o indivíduo ou sociedade), mas de termos um pensamento que inclui e que poderá trabalhar em diversos níveis.

Morin também aponta que a crise dos fundamentos da ética situa-se numa crise geral dos fundamentos da certeza. (p. 27)

Dessa maneira abordaremos as ações de transgressão individual de modo geral como um fator desorganizador das certezas e como mantenedora do *status quo* social. Essas ações nos remetem às questões de vida e morte, de crise na noção de continuidade e crise no discernimento do que é certo e errado, bem e mal e, por fim, no sentido de vida.

Na sociedade atual, a partir da globalização, do consumismo, da mudança e enfraquecimento das tradições, as certezas deixaram de existir e na impossibilidade de recuperar o mundo previsível as pessoas recorrem às satisfações imediatas sem consideração responsável pelas consequências. A crise dos fundamentos da ética no nosso entendimento se dá no desconhecimento de se ver como parte de um todo interconectado, ou seja, um sistema. Na busca pela felicidade, deixamos de considerar o tempo e a legitimação social, estamos à deriva num vasto mundo de opções.

No primeiro capítulo explicitamos o que entendemos que é ética e, no subcapítulo, contextualizamos a ética e os problemas enfrentados por ela na contemporaneidade.

No segundo capítulo tratamos de descrever a construção do desenvolvimento do juízo moral evidenciando os processos psicológicos cognitivos e afetivos envolvidos em tal.

Subseqüentemente, estudamos a transgressão como uma atitude de modificação social, busca de direitos e luta contra leis injustas e opressoras; e abordaremos a transgressão - o “jeitinho brasileiro” – como fator de manutenção dos problemas sociais, da opressão e desigualdade.

No capítulo quatro aprofundamos nosso posicionamento epistemológico e discutiremos os fatores que favorecem a participação comunitária e a cidadania.

A abordagem que norteou nossa pesquisa foi a construtivista, de acordo com o pensamento sistêmico-cibernético novo-paradigmático por favorecer a compreensão da dimensão ativa do sujeito no processo de construção moral e ético.

Essa abordagem visa compreender a inter-relação indivíduo, sociedade e espécie a partir do processo de construção da visão de mundo e da realidade, pois o construtivismo permite termos um modelo aberto, que contempla a natureza dinâmica, plural, complexa e coconstruída do desenvolvimento moral e ético. (MARTINS E BRANCO, 2001)

Os objetivos desta pesquisa são:

- Compreender como o contexto social brasileiro de corrupção, transgressão e impunidade interferem na “expansão de si mesmo”;
- Quais julgamentos as pessoas fazem de situações em que há transgressão de normas socialmente estabelecidas numa clara tentativa de adaptá-las aos próprios desejos (“jeitinho brasileiro”);
- Como as pessoas orientam suas ações a partir do conhecimento de tais ocorrências;
- Quais princípios as pessoas definem em seus relacionamentos entre pares, com as instituições e com a rede social mais ampla.

1 ÉTICA

“A finalidade ética tem duas faces complementares. A primeira é a resistência à crueldade e à barbárie. A segunda é a realização da vida humana.” (MORIN, 2005: 202)

Propomos um breve percurso sobre algumas correntes éticas, pois uma exposição extensiva foge aos propósitos do presente trabalho.

Esse breve percurso se faz necessário para adentrarmos o tema aqui exposto, pois nos auxiliará no entendimento do processo de desenvolvimento social e individual que acarretou, nos tempos atuais, o que se denomina “pós-modernidade”, que é marcada pela mudança na relação com o mundo, com os outros e conosco, refletindo, assim, no campo ético, uma postura diversa do que antes foi conferido como sentido de vida, moral e valores. Nesse sentido teremos bases para refletir sobre as interações do indivíduo com a cultura e compreender as dificuldades atuais de se estabelecer balizas para um projeto de vida, e para a “expansão de si mesmo”.

O cristianismo tornou-se, no século IV, de acordo com Vázquez (1997), a religião oficial de Roma e passou a garantir certa unidade social em oposição à fragmentação econômica e política do período, passando a influenciar e em seguida dominar o pensamento da época.

O pensamento cristão, assim como a ética cristã, baseou-se num conjunto de verdades reveladas a respeito de Deus, das relações do homem com seu criador, e do modo de vida prático que o homem deveria seguir para obter a salvação após a morte. A essência da felicidade é a contemplação de Deus.

A promessa do paraíso pretendeu pôr fim aos graves problemas da humanidade: miséria, desigualdade, injustiça, escravidão. Diante de Deus “todos os homens são iguais” (VÁZQUEZ, 1997:276-278).

O homem é visto pelo cristianismo como fraco, pecador, dividido entre o bem e o mal, e a única salvação para o homem são as leis divinas. Desse

momento em diante passou a fazer parte da vida humana a ideia de dever. Assim, a ética pensada pelo cristianismo estabeleceu três tipos de conduta: a moral baseada no dever, a imoralidade e a indiferença moral.

A ética cristã foi baseada na heteronomia, pois as condutas morais e verdades são impostas pela Igreja e devem ser seguidas e nunca contestadas.

A partir do século XVII o mundo passa por grandes transformações influenciadas pela Revolução Religiosa e Científica inaugurando o racionalismo cartesiano: a verdade é obtida pela razão e para alcançá-la é necessário ter um método. Em oposição à fé, a razão se tornou o único meio de conhecer, discernir, comparar, descrever, solucionar, responder, agir, ou seja, a única maneira de se obter a verdade.

A saída do Teocentrismo colocou o homem no centro do universo. O antropocentrismo deu início à confiança de que teríamos meios de resolver os problemas humanos e garantir uma existência com menos riscos (epidemias, guerras, fome).

A ética moderna surgiu em meio a contínuos progressos científicos e técnicos e de um imenso desenvolvimento da produção industrial. Vázquez (1997) afirma que apesar da dificuldade em destacar um denominador comum entre as diversas doutrinas existentes na modernidade, o antropocentrismo é a tendência que se destaca.

O período moderno trouxe maior complexidade para se compreender o mundo e o homem, acrescentando as dimensões subjetivas, sociais e históricas à razão pura praticada pelos renascentistas.

A partir desses dois períodos históricos eleitos, notamos que houve um declínio na busca pela felicidade, na compreensão do bem-viver e da coletividade, sendo que a tendência da modernidade, tal como já afirmado por Vázquez (1997), é o antropocentrismo e nós acrescentamos a fragmentação (disciplinariedade, objetividade) e o individualismo – entendido aqui como o interesse por si mesmo – os quais se desenvolveram até os dias atuais para a desvinculação da função social da ética.

Segundo Morin (2005: 25), a ciência tradicional alicerçou-se sobre “a ética do conhecimento pelo conhecimento, na qual a ciência não enxerga as graves conseqüências geradas pelo progresso científico”, ou seja, o conhecimento tornou-se fragmentado ao ponto de não haver possibilidade da reflexão ética sobre implicações e conseqüências.

No nível pessoal de acordo com Morin (2005), a “autonomia individual” entendida aqui como individualismo – primado do prazer ou do interesse em detrimento do dever leva a privatização da ética, ou seja, a ética se adaptou a necessidade de satisfação imediata individual. O autor, ao expor os fundamentos, que a ciência pautou seus conhecimentos, mostra a cisão entre o saber (aplicabilidade e técnica) e a ética. Propomos pensar também na cisão entre desejos e ética, de um lado, a busca por satisfações imediatas, a busca de felicidade individual e de outro, a desconstrução de parâmetros de legitimação social do que satisfaz e do que é ser feliz.

Lembremos que toda construção de conhecimento é produzido na interação indivíduo – indivíduo, na interação indivíduo – sociedade. De acordo com Piaget “o valor que cada pessoa atribui a si depende, pelo menos em parte, do que os outros, ou certos outros, lhe atribuem”. (in LA TAILLE, 2009: 175)

Na introdução do trabalho, definimos que a ética é entendida aqui como a “expansão de si mesmo”, nesse sentido, ao falarmos da cisão entre a autonomia individual e a particularização da ética, pensamos em qual projeto de vida estamos engajados.

A pós modernidade é um período marcado pela exacerbação de algumas características modernas e pelo desaparecimento de outras. Seguiremos expondo as características marcantes desse período a fim de nos auxiliar a problematizar a construção do projeto de vida que colabore para a “expansão de si mesmo”.

La Taille (2009), em sua leitura sobre Bauman (2003), toma emprestadas as metáforas do sociólogo para compreender as características da pós modernidade a partir do pano de fundo da ética.

Para o autor, o sujeito pós moderno é o “turista”, um viajante que interrompe o fluxo de tempo ao se distanciar do seu território imediato, que busca

em sua viagem o contato com a alteridade e que não se envolve com aquilo que experimenta; ele não está engajado na construção de um projeto de vida, nem tampouco em fixar identidade. Em contrapartida, o sujeito moderno é visto como o “peregrino” que sai em busca de algo que transforme a própria identidade, o tempo é percebido como um fluxo contínuo, ele tem um projeto de vida. A memória, o tempo (passado e futuro) não tem o mesmo apreço ao turista. O homem pós moderno não investe afetividade em fragmentos de tempo e espaço seus objetivos são a satisfação pessoal imediata.

La Taille (2009) refere-se ao mundo pós moderno como um mundo em migalhas, fragmentado, em que o conhecimento cedeu o lugar às informações, o importante cedeu lugar às pequenas urgências e a memória é um empecilho a aquisição e para a adaptação a este mundo em constante mudança.

Nesse sentido, a “cognição que nos permite conceber o mundo e a afetividade que nos permite nos apegarmos e nos interessarmos por ele” carece de elementos para embasar julgamentos, hierarquizar valores, nortear escolhas e estruturar nossas ações (LA TAILLE, 2009: 38)

Expomos brevemente algumas características da pós modernidade que, em nosso entendimento, apontam o mal estar na cultura, o empobrecimento de opções de vida que façam sentido – o que é evidenciado pelas ideias do autor sobre “cultura do tédio”. La Taille (2009: 18) questiona: “não estaremos saltando de momentos para outros momentos? De espaços para outros espaços? De fragmentos para outros fragmentos? Não estaremos nos queixando de estresse porque correndo em várias direções, mudando abruptamente de direção em vez de andar firme e calmamente em um sentido só? Não estaremos em busca inquieta de notícias e de informações porque estamos carentes de nossas próprias perguntas? Não estaremos nos queixando da falta de tempo justo porque o desperdiçamos? E não o estaremos desperdiçando porque temos urgência em vê-lo passar?”.

Morin (2005) atesta que o princípio egocentrista é a características preponderantes do nosso tempo, nos cegando para o entendimento da ética como o fator de religação social.

Toda essa problematização não é fruto de uma visão pessimista, mas da capacidade humana de julgar e criticar o que incomoda e o que traz sofrimento. Essa capacidade humana se conecta a outra que é a de construir possibilidades que favoreçam tanto a “expansão de si mesmo” quanto uma sociedade justa e feliz.

Os autores estudados elegem princípios norteadores no enfrentamento da crise ética.

La Taille (2009: 87) elegeu a verdade como valor fundamental para a busca de “significação da vida”. A capacidade de chegar à verdade é ferramenta necessária para nos situarmos com um mínimo de precisão num universo fragmentado, dúbio. Para tanto necessitamos de submeter as informações à crítica, devemos ter a memória como valor, devemos nos nutrir de conhecimentos e devemos nos afetar pela verdade.

Morin (2005) elegeu o “trabalhar pelo pensar bem” que deve reconhecer a complexidade humana: indivíduo/sociedade/espécie; interligados, gerando-se reciprocamente e, ao mesmo tempo, reconhecer o antagonismo entre estas instancias, reconhecer que nossas ações estão entrelaçadas à nossa história pessoal, à história que escrevemos com nossos pares, comunidades (trabalho, escola, vizinhança) e que estas histórias se conectam a história de um grupo, povo e por fim à história da espécie e que nesse sentido nossa história é coescrita por nossos pares, comunidades, povo, espécie. Não há como definir o que gera a história, apenas podemos afirmar que a História é um processo de construção interativo contextualizado.

O “trabalhar pelo pensar bem” reconhece a complexidade humana, social, biológica e histórica com seus desvios, derivas, possessões. Morin (2005: 64), define que o “trabalhar pelo pensar bem” deve estabelecer “princípio de ação que não ordene, mas organize, não manipule, mas comunique, não dirija, mas estimule”.

O pensar bem tem seus parasitas, ou seja, nossa civilização carece de introspecção, auto-compreensão, compreensão, solidariedade, honra,

autorespeito. Morin (2005) elege estas capacidades e virtudes como necessárias para o pensar bem.

A verdade eleita como valor e o trabalhar pelo pensar bem são maneiras de nos situarmos no mundo fragmentado, em que as regras morais estão borradas, os valores dilatados e esvaziados de afetividade. A verdade e o trabalhar pelo pensar bem devem nos fazer buscar conhecimento, significações e sentido para se viver e não apenas informações, adrenalina e estilos de vida.

Agora iremos pensar nas implicações psicológicas para a ética.

1.1 *Ética e Psicologia*

Chauí (1998) argumenta que a palavra de ordem atual é um “retorno à ética”. Falamos em crise dos valores. Esta ideia traduz um modo de pensar a ética como se ela estivesse pronta e acabada, como se em determinados momentos nós a tivéssemos e noutros a perdêssemos. Esse modo de pensar a ética contradiz o que a autora define como ética. A ética é “a ação intersubjetiva consciente e livre que se faz à medida que agimos e que existe somente por nossas ações e nelas”.

A urgência com que falamos hoje em ética e em moralidade, e a vasta gama de métodos e teorias com os quais nos deparamos a respeito desses temas: construção da moralidade, instinto, condicionamento, representações sociais, enfatizar relações afetivas, apelar para a reflexão, disciplinar, etc., nos coloca na difícil tarefa de escolher a teoria, o método e agir, ou seja, arriscar.

Sob essa perspectiva geral, Chauí (1998) diz que “a ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética”. A ação ética deve ser praticada pelo agente racional, consciente, livre e responsável e ser virtuosa, realizada de acordo com o bom e o justo dado social e historicamente.

Para a autora, a autonomia tem grande valor, pois indica a capacidade de dar a si mesmo as regras e normas de agir. O conflito entre autonomia e heteronomia (seguir as regras impostas) só pode ser resolvido se o agente reconhecer os valores morais de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele. A ação é ética quando se respeita a racionalidade, liberdade e responsabilidade de si e dos outros, ou seja, a ética é uma inter-subjetividade.

Entendemos neste momento a importância de definir ética do ponto de vista psicológico e estabelecer alguns apontamentos do que nos faz querer agir moral e eticamente.

Segundo La Taille (2006: 29), a definição de moral e ética são respostas a duas perguntas diferentes. “À indagação moral corresponde à resposta dada à pergunta:” como devo agir?”. E à reflexão ética cabe responder à outra: “que vida eu quero viver?”.

A resposta dada à pergunta “como devo agir?” é pensada a partir do que o autor acredita ser o sentimento universal da moralidade, a obrigatoriedade. Toda organização social tem um sistema moral, o que diretamente coloca todo ser humano passível de experimentar o sentimento de obrigatoriedade, ou sentimento de dever moral.

Assim como La Taille (2006: 36), buscou conteúdos universais para definir o “plano moral”, ele buscou encontrar algo que seja comum a todos os conteúdos que possam responder a pergunta “que vida eu quero viver?”. A resposta dada a essa pergunta é “uma vida boa”. Ele ainda questiona, “que elemento psicológico estaria necessariamente contemplado para que se possa de fato viver uma vida boa?”

Para se compreender o plano ético o autor propôs três requisitos:

Definir se a “vida boa” pode ser medida pela objetividade ou pela subjetividade. A “vida boa” não é avaliada por “puro” estado subjetivo, mas depende das avaliações pessoais (subjetivas) a respeito de se estar vivendo, ou não, uma “vida boa”.

O segundo passo, para elaborarmos o conceito de plano ético consiste em avaliar qual a relação entre a “vida boa” e o eixo tempo. Considerar uma

experiência feliz necessita que esta transcenda do aqui e agora para ressoar ao longo da vida, ou seja, são experiências que apesar de terem ficado num passado distante quando lembradas modificam nosso estado emocional, conseguimos sentir a mesma felicidade de outrora.

O terceiro corresponde à referida experiência subjetiva de bem-estar, ou seja, que vida faz sentido?

O autor se fundamentou no estudo de Durkheim (1988), sobre casos de suicídio e que apontaram a privação dos benefícios de coesão social como fator de maior predominância nesses casos. Dessa maneira, a vida que faz sentido depende de referências comunitárias que dêem sentido aos esforços para viver. (LA TAILLE, 2006: 43)

Segundo Taylor (1998, in LA TAILLE, 2006), “dar sentido às ações é identificar aquilo que as tornam dignas de serem realizadas e que, conseqüentemente traduz a nossa “situação no mundo”. O autor afirma que o moderno “desencantamento” do mundo, bem como a decorrente problematização das razões de nele viver, devem-se ao enfraquecimento dos sistemas religiosos e na maneira como as pessoas concebem a morte. A morte é friamente pensada como fim derradeiro, as dúvidas de que haja paraíso ou reencarnação, a perspectiva inelutável de seu advento transforma-se em uma espécie de “buraco-negro” que pode tragar as razões de viver. “Qual o sentido de nossas ações se o tempo bruscamemente e invariavelmente as interromperá?”. Notamos esse vazio de sentido em falas de menores infratores que sem esperança de mudar sua condição de vida buscam realizar seus desejos a partir do crime, mesmo sabendo que o futuro lhes garantirá prisão ou uma morte prematura. Notamos que na atualidade, as pessoas por esta falta de sentido, buscam a realização de seus desejos a partir de situações novas e que intensifiquem cada vez mais seus sentimentos (drogas, sexo, esportes radicais) e perdendo de vista a dimensão temporal, nem a felicidade e nem a tristeza ecoam, esses sentimentos são justamente potencializados ou extinguidos. A vida é para ser vivida aqui e agora.

Desse modo introduzimos outra questão que La Taille (2006), propõe para identificar o elemento psicológico que nos define como éticos: “como viver? Esta é

uma pergunta imensamente importante nos dias atuais, pois o tema sentido da vida tomou uma dimensão desesperadora, ou seja, a problemática que dominou a modernidade, “saber qual o sentido da vida” passou a ser atualmente a dúvida de que exista algum sentido.

A tradição nos oferecia um sentido de vida quando exercíamos um papel determinado socialmente (pai, mãe, trabalhador, marido, esposa) o que permitia “tomar emprestado” o sentido e o valor que a cultura atribuía a esses papéis. Hoje em dia, os papéis sociais não tem definições claras e não oferecem noção de identidade aos indivíduos. A identidade deve ser buscada por cada um na sua singularidade.

Apontamos, acima, em consonância com La Taille (2006), que para termos o sentimento de “vida boa” devemos estar conectados com outros que nos dêem sentimento de pertencimento e coesão social. Atualmente temos que construir nossa identidade sem modelos, na singularidade e num mundo individualista como é possível encontrar sentido para viver?

Vimos que a pergunta “que vida viver? relaciona-se à outra: “para que viver?”. Dessa relação, resgatamos o tema do sentido da vida, que se relaciona a uma terceira: “como viver?” deve permitir a realização da “expansão de si mesmo”. E que, finalmente, nos coloca a pergunta “quem ser?”, ou seja, o tema da identidade pessoal. (LA TAILLE, 2006: 45)

Para La Taille (2006: 45), portanto, a identidade é uma construção realizada a partir dos atos concretos da vida, a partir do “como viver”. Há indissociabilidade entre identidade e as características da “vida vivida”. As respostas dadas à pergunta “como quero viver?” são inseparáveis das respostas dadas à pergunta “quem eu quero ser?”. Por essa razão, verifica-se a presença da questão do “ser” no plano ético. Reconhecer tal ou tal razão para se viver implica conceber a si próprio de tal ou tal forma. Escolher um sentido para a vida e formas de viver é escolher a si próprio, é definir-se como ser.

Do ponto de vista psicológico, o autor defende a tese de que o plano ético engloba o plano moral, ou seja, “a força do sentimento de obrigatoriedade está na

dependência dos rumos que toma a expansão de si próprio” (LA TAILLE, 2006: 51).

Faz-se necessário buscarmos compreender porque algumas pessoas querem agir moralmente, e outras não. Menores infratores, por exemplo, buscam no tráfico de drogas adquirir respeito e visibilidade diante de seu grupo de referência, o que lhes confere autorespeito e autoestima.

O sentimento de autorespeito é o sentimento que une os planos moral e ético, pois ele é, por um lado, expressão da expansão de si próprio – portanto, elemento da “vida boa” --, e, por outro, causa essencial do sentimento de obrigatoriedade -- portanto, motivação para a ação moral. Em poucas palavras: respeita a moral quem, ao fazê-lo, respeita a si próprio. (LA TAILLE, 2006: 56)

Para o autor, toda perspectiva ética deve ser coerente com certos deveres morais. A moral não diz o que é ser feliz e nem como sê-lo, mas sim quais são os deveres a serem necessariamente obedecidos para que a felicidade individual tenha legitimidade social. Desse modo, devemos definir conteúdos para a moral, pois é ela que confere às opções de “vida boa” e sua legitimidade. Porém, não é possível definir conteúdos para a ética, pois o leque de opções para a “expansão de si mesmo” é amplo e cada um de nós tem legitimamente liberdade de escolher seu rumo.

O “saber fazer ético” está vinculado para La Taille e apoiado em Ricoeur (*in* LA TAILLE, 2006), aos projetos de uma “vida boa” “com outrem”, “para outrem” e com instituições justas, e, ainda, o “saber fazer ético” está aportado no uso da razão, ou seja, para agir bem é preciso pensar bem, o que denota consonância com Morin (2005) e seu “trabalhar para pensar bem”.

2 MORAL

“Não se pode resolver tudo pelo amor. O amor tem seus parasitas íntimos, que cegam, a sua ânsia autodestrutiva e os seus surtos devastadores. No máximo da intensidade de toda paixão, inclusive a amorosa, precisamos contar com a vigilância da razão. Mas não existe razão pura e a própria razão deve ser estimulada pela paixão. No mais frio da razão, precisamos de paixão, ou seja, de amor.” (MORIN, 2005: 108)

Todas as teorias concebem a moral como um conjunto de deveres, as discordâncias ocorrem quanto à gênese do sentimento de obrigatoriedade experimentado pelo sujeito moral: em Freud (1856 - 1939) a moralidade se expressa pelas repressões do superego, para Piaget (1896 - 1980) e Kohlberg (1927 - 1987) é pela razão que os sujeitos fazem suas escolhas. Portanto, moral implica princípios e regras que devem ser obrigatoriamente seguidos, mas quais princípios seguir?. Dessa maneira, a pergunta moral é “como deve-se agir?”.

Para La Taille (2006) e de acordo com Piaget, a aquisição da moralidade se dá pelas interações com o meio que oferece conteúdos racionais para que o indivíduo faça suas escolhas, porém, ele acredita que é preciso haver motivação, portanto, afetividade para que o indivíduo responda a pergunta “como devo agir?”. Ele propõe que a resposta a essa pergunta está relacionada diretamente com outra pergunta “que vida quero viver?” (campo da ética, como vimos acima). Desse modo, o autor pensa que para compreendermos os comportamentos morais dos homens, devemos conhecer quais são as opções éticas que eles assumem.

Três conhecimentos são necessários à ação moral: as regras, os princípios e os valores. Esses três conteúdos estão diretamente relacionados à própria definição do que é moral e ao sentido que ela pode ter na vida das pessoas.

Como compreender a relação entre regras e princípios? A regra moral é um mandamento preciso e o princípio moral é a matriz da qual são derivadas as

regras. Usando a metáfora de La Taille (2006), podemos dizer que as regras morais correspondem ao “mapa” e os princípios correspondem à “bússola”, ou seja, podemos dizer que a regra corresponde à formulação “ao pé da letra” e que o princípio corresponde a seu “espírito”.

“Quem se limita ao conhecimento das regras morais não somente fica, na prática, sem saber como agir em inúmeras situações (porque não há regras explicitadas para todas as situações) como corre o risco de ser dogmático e injusto. Em compensação, quem conhece princípios pode saber guiar-se em diversas situações e decidir como agir. Neste mundo que é o nosso, em rápida mutação, notadamente econômica e tecnológica, conhecer os princípios morais parece corresponder a uma competência necessária.” (p. 74)

Os valores são o resultado de um investimento afetivo, portanto, pertencem ao plano ético, “uma vez que é nele que se encontra a energética da vida em geral”. Os valores são experimentados no plano afetivo e são pensados no plano racional. Desse modo, a “ação moral não depende apenas do conhecimento de regras e de princípios, mas também da consciência de quais valores são os nossos, de qual projeto de vida temos ou procuramos ter”, em resumo, de que rumo toma “a expansão de nosso eu” (LA TAILLE, 2006).

Desse modo, as ações que cumprem com as regras estabelecidas numa dada cultura concretizam e validam a moral. Os princípios fornecem a matriz de onde as regras são inspiradas e os valores relacionam-se à vida na sua plenitude e complexidade. As diferenças e semelhanças entre diversas culturas podem fortalecer, abalar e inspirar a moral.

O conhecimento cultural é de extrema importância para a dimensão intelectual da ação moral por permitir a inspiração e a descentração.

“O conhecimento cultural pode servir de antídoto tanto ao dogmatismo quanto ao paulatino atrofiamento de sistemas morais fechados sobre si. O conhecimento cultural pode ‘oxigenar’ a reflexão moral. Hoje tal conhecimento torna-se necessário, tendo em vista o fato de convivermos com um número cada vez maior de pessoas de culturas diversas.” (LA TAILLE, 2006: 78)

Os conhecimentos morais e outros são necessários à ação moral, mas não são suficientes, é preciso saber aplicá-los. A aplicação desses conhecimentos

está relacionada com duas capacidades: o equacionamento moral e a sensibilidade moral.

O equacionamento moral consiste em: diante de uma situação na qual há conflito entre regras, princípios ou valores morais e estes conflitos aparecem com clareza, se faz necessário destacar estes elementos conflitantes, ponderá-los, estabelecer uma hierarquia de valores entre eles, para assim tomar uma decisão.

A sensibilidade moral corresponde à capacidade de perceber as dimensões morais de certas ações ou situações nas quais estas não aparecem com evidências.

Enquanto o equacionamento destaca os elementos racionais morais, pensa em seus pressupostos e implicações e os hierarquiza, a sensibilidade moral fica mais presa ao contexto, aos detalhes, à singularidade das pessoas. Há algo de lógico e matemático no equacionamento moral, tal estrutura lógica não se encontra evidenciada para a sensibilidade moral. O equacionamento moral se baseia essencialmente sobre a ideia de “sujeito de direitos” e a sensibilidade moral sobre a ideia de “sujeito psicológico”. Um espírito de justiça é essencial para o equacionamento e uma atitude generosa é necessária à sensibilidade. E tanto o equacionamento quanto a sensibilidade são condições necessárias à ação moral.

La Taille (2006: 108) elegeu seis sentimentos que nos faz querer agir moralmente: o medo, o amor, a confiança, a simpatia, a indignação e a culpa. Os dois primeiros são identificados como indissociáveis para o sentimento de obrigatoriedade: o medo e o amor, os outros com exceção da culpa, são responsáveis por “alimentar” e “fortalecer” o sentimento de obrigatoriedade. Esses sentimentos são adquiridos no convívio social da criança; nas palavras do autor, correspondem ao “cimento” afetivo que une a criança às pessoas de seu entorno social; cimento sem o qual ficaria difícil conceber o despertar do senso moral”.

Medo e amor: De acordo com Piaget (1932), a criança respeita e obedece às regras morais, porque respeita o que, para ela, é a fonte dessas regras.

O medo é inspirado tanto pela perspectiva de uma possível retirada do amor e da proteção dos pais quanto pelas desagradáveis experiências de punições. Também há o fato de sentir medo pelo amor frente ao maior.

O amor é compreendido como apego e admiração naturais que a criança tem pelos pais, e/ou demais pessoas para ela significativas.

O respeito é inspirado justamente pelo fato dos pais despertarem amor e medo na criança, esse respeito tem qualidades especiais, é infantil e unilateral e é responsável pelo despertar do senso moral.

Confiança: Para confiar em alguém, avaliamos a qualidade de suas ações e também suas qualidades enquanto pessoa moral.

Por concordamos com os questionamentos seguintes do autor os colocaremos na íntegra:

*“Perguntemo-nos agora se a falta de confiança nas relações sociais pode acarretar prejuízos para as ações morais das pessoas envolvidas?
(...) Por que ser moral em uma sociedade na qual a moralidade é, para muitos, letra morta?”. (LA TAILLE, 2006: 111)*

O autor responde a seus questionamentos dizendo que a moral é boa em si e que não se age moralmente por motivos contingenciais, apesar de muitas pessoas justificarem seus atos imorais pelo fato de outros terem transgredido as regras anteriormente. Citamos diversas falas em que as pessoas justificam suas transgressões apoiadas nos escândalos políticos.

A falta de constância nas ações morais de pessoas significativas nos leva a desconfiar de que realmente as leis morais são boas e num segundo plano desconfiar das qualidades dessas pessoas (caráter); desse modo o mundo se torna ameaçador, exigindo muito de nossa capacidade racional e minando nossa afetividade.

Simpatia: trata-se da capacidade de sentir o que outrem sente, levando-nos a sentir compaixão (mover-se junto). A compaixão é o sentimento que inspira condutas morais.

A fusão do amor e do medo juntamente com a confiança permitem explicar a obediência infantil aos mandamentos adultos, obediência essa decorrente dos primeiros sinais de sentimento de obrigatoriedade. A simpatia permite explicar atitudes morais, notadamente atos de generosidade, dificilmente tributáveis à imposição das normas adultas.

Indignação: os fatos que causam indignação são aqueles que traduzem alguma forma de desrespeito. Sente-se indignação quando se sabe que o direito foi desrespeitado.

Culpa: os psicanalistas consideram a culpa o sentimento moral por excelência, “alguém incapaz de experimentá-la seria totalmente impermeável aos valores morais”.

A definição habitual diz que a culpa é um sentimento penoso decorrente da consciência de se ter transgredido uma regra moral.

O papel da culpa no querer agir de acordo com a moral é atestar o fato de que a moral é legítima, também a necessidade que a pessoa sente de reparar seu ato e, por último, a mais importante observação para La Taille (2006): “uma pessoa capaz de sentir culpa sabe que, se fizer determinadas ações, a sentirá de fato, e essa capacidade age como regulador da ação moral”.

O sentimento de culpa está relacionado ao ato e à intenção de se transgredir a moral, não com o ser imoral, a vergonha é o sentimento do ser, desrespeitar a moral e se sentir envergonhado – é ser imoral.

Não há dúvida para La Taille (2006: 129) que a culpa está relacionada diretamente com a moralidade, porém o sentimento moral relacionado à ética, portanto, ao ser é a vergonha.

Experimentamos vergonha em dois tipos de situações, uma é vergonha de exposição e outra é quando ocorre um autojuízo negativo. A vergonha de exposição não necessariamente implica alguém assistir e/ou ouvir-nos, mas que tenhamos consciência de algo praticado ou intencionado que nos cause vergonha. O autojuízo negativo é construído pela legitimação do juízo negativo alheio, ou

seja, se não assumirmos tal juízo não sentiremos vergonha. Nas palavras de La Taille (2006): “quem sente vergonha julga negativamente a si próprio”.

A vergonha, como já mencionado, incide sobre o ser, sente-se vergonha de quem se é. A vergonha, portanto, refere-se ao eu. Desse modo, a vergonha é o sentimento do plano ético, está diretamente vinculada à construção do autoconceito.

Novamente fazemos coro com os questionamentos do autor. Para ele “o que determina a construção, ou não-construção de uma personalidade ética? Porque determinados conteúdos, e não outros associam-se à vergonha?” (LA TAILLE, 2006: 139)

O despertar da moralidade, para o autor, não é determinado exclusivamente pela maturação biológica, mas se dá no processo de interação com a qualidade das relações sociais.

As disposições precoces para a moralidade, para “penetrarem” na personalidade da criança e tornarem-se valores associados às representações de si, precisam ser valorizadas pelo entorno social, do contrário, dificilmente a criança passará a sentir vergonha quando se surpreender agindo contraditoriamente com elas. Se o sentimento de vergonha for associado com mais força a conteúdos não-morais ou imorais, não haverá construção da personalidade ética.

Desse modo, devemos pensar quais os valores eleitos em nossa sociedade que embasam a construção de representações positivas de si? Quais valores são desrespeitados quando se sente vergonha? Acreditamos que está bastante divulgado que não importa quais os meios usados para conseguir ascender socialmente (corrupção, indicação, traficar), o que importa é o resultado final. O que envergonha é não ser bem sucedido (fama, dinheiro, carro, viagens, cargo).

2.1 Desenvolvimento do Juízo Moral

O chamado “sujeito epistêmico”, ou sujeito do conhecimento estudado por Piaget (1983), é aquele que encontra-se em todos nós quando elaboramos conhecimentos sobre o mundo e sobre nós mesmos.

Ele formulou a hipótese de que as características psicológicas do adulto são fruto de uma gênese, de um desenvolvimento, e que este passa por diversas fases, sendo cada uma delas superação da anterior.

Tal desenvolvimento é naturalmente fruto de maturação biológica, de variadas experiências de vida e ensinamentos formais, mas esses três fatores, diferentes entre si, são harmonizados pelo processo de equilíbrio, ou seja, processo de autoregulação, auto-organização inerente a todos os indivíduos.

O desenvolvimento cognitivo é entendido como processo de construção que se dá na interação com o meio. Essa interação é mediada pelas ações do sujeito sobre esse meio. Se houver pouca interação, haverá pouca construção, e se a interação deixar pouco espaço às atividades estruturantes do sujeito haverá pouca construção (BIAGGIO, 2006).

Para Piaget (1994), o sujeito interagindo com um meio favorável passa de uma fase de anomia (pré-moral) à fase de heteronomia, e por fim para a autonomia.

A anomia corresponde ao estágio do desenvolvimento durante o qual a criança ainda não adentrou o universo moral.

A moral heterônoma é definida pela compreensão das regras instituídas e o respeito à fonte legitimadora destas, por exemplo, os pais.

Neste estágio, a criança o tende, por um lado, a interpretar as regras ao “pé da letra” e, por outro, a privilegiar as conseqüências da ação e não a intenção que a motivou. Quanto à fonte de legitimação das regras, a moral heterônoma caracteriza-se pela referencia à autoridade.

Por volta dos 8, 9 anos, a criança começa a apresentar sinais de autonomia do ponto de vista que compreende regras e é capaz de julgar a partir de certos princípios. A criança moralmente autônoma pensa que um dever moral primordial é tratar as pessoas sem privilegiar umas nem desprezar outras (BIAGGIO, 2006: 98).

O princípio da igualdade vai redefinir a fonte de legitimidade moral das regras e dos princípios: essa fonte não será mais a autoridade, mas sim o princípio moral em si, o da igualdade, o da justiça. Assim como a moral heterônoma é uma

moral da obediência, do respeito unilateral, dos deveres (e estes são bons porque se deve obedecer); a moral autônoma é uma moral da justiça, do respeito mútuo, na qual os direitos e deveres se complementam e as regras devem ser obedecidas porque são boas.

O desenvolvimento do juízo moral depende do desenvolvimento da inteligência e das construções desencadeadas pelas interações com o meio social. Relações baseadas na reciprocidade e na cooperação desencadeiam a moral autônoma.

Kohlberg (*in* BIAGGIO, 2006) afirma que o desenvolvimento do juízo moral é o desenvolvimento da noção de justiça. E todo o seu trabalho se dará em torno dessa virtude. Ele continuou o trabalho de Piaget (1994) mantendo os pressupostos básicos do mestre. Para ele, o desenvolvimento do juízo moral se dá por estágios; cada estágio corresponde a uma forma particular de equilibrar as questões morais. A sequência dos estágios é sempre a mesma, tal sequência vai de uma menor para uma maior capacidade de aplicar a reversibilidade ao campo dos problemas morais, logo, o desenvolvimento cognitivo é condição necessária ao desenvolvimento do juízo moral, mas não a única condição; o desenvolvimento do juízo moral depende de construções endógenas realizadas pelo sujeito. E, como Piaget, ele pensa que as etapas e os processos do desenvolvimento cognitivo e moral são universais. O que vai variar de pessoa para pessoa é o estágio atingido, umas vão além do que outras.

2.2 Estágios do Desenvolvimento do Juízo Moral

Utilizamos os estágios de desenvolvimento moral para auxiliar nossa compreensão dos dados que surgiram nesta pesquisa. A teoria de desenvolvimento do juízo moral é útil por favorecer a identificação dos níveis de maturidade cognitiva e a interação com os estímulos ambientais, desse modo contribui para o apontamento de medidas que visem o desenvolvimento de estágios superiores.

Biaggio (2006) aposta na transversalidade ética no currículo escolar, em que todos os professores, de todas as disciplinas são responsáveis pela formação moral.

Nos baseamos nos estágios do desenvolvimento moral que Kohlberg (*in* BIAGGIO, 2002) desenvolveu a partir dos estudos de Piaget, no qual ele apresenta uma conceituação mais precisa e discriminada dos estágios da moralidade.

Kohlberg (*in* BIAGGIO, 2006: 23), seguindo o mestre Piaget, concorda que a seqüência de estágios é invariante e universal, embora nem todas as pessoas atinjam os estágios mais elevados. Ele também baseou seu estudo na dimensão heteronomia-autonomia.

Os seis estágios de desenvolvimento moral proposto pelo autor são agrupados em três níveis: pré-convencional, convencional e pós-convencional.

2.2.1 I. Nível pré-convencional

No nível pré-convencional, os indivíduos ainda não chegaram a entender e respeitar as normas morais e as expectativas compartilhadas socialmente, aceitam as normas baseados na convenção. Neste nível, as regras são externas ao *self* (eu). A maioria das crianças com menos de 9 anos, alguns adolescentes e muitos criminosos encontram-se neste nível (BIAGGIO, 2006: 24).

Estágio 1: Orientação para a Punição e a Obediência

A moral de um ato é definida de acordo com as consequências físicas para o agente, ou seja, se a ação é punida, está moralmente errada e não se pode fazer, se não é punida, está correta e pode-se fazer.

Estágio 2: Hedonismo Instrumental Relativista

A ação moralmente correta é definida pelo prazer, satisfação das necessidades que o ato possa gerar para o agente (hedonismo). “É um estágio

nitidamente egoísta, em que a moral é relativa e o ato moral é visto como instrumento para satisfação do prazer pessoal” (BIAGGIO, 2006: 25).

2.2.2 II. Nível Convencional

Estágio 3: Moralidade do bom Garoto, da Aprovação Social e das Relações Interpessoais

O comportamento moralmente correto é o que leva à aprovação dos outros. As regras são compreendidas de acordo com a premissa “faça aos outros aquilo que você gostaria que lhe fizessem”, mas há dificuldade em se colocar no lugar do outro. A fase é egocêntrica, a concepção de equidade surge.

Estágio 4: Orientação para a Lei e a Ordem

Fase marcada pelo respeito à autoridade, às regras fixas e à manutenção da ordem social. A justiça não é mais uma questão de relações entre indivíduos, mas entre o indivíduo e o sistema. Se a lei for desrespeitada é em caráter de exceção e é enfatizada a importância de se respeitar a lei.

2.2.3 III. Nível pós-convencional

O nível pós-convencional é alcançado por uma minoria de adultos (em torno de 5%), geralmente depois dos 20, 25 anos. As pessoas, neste nível, entendem e aceitam as regras da sociedade, baseadas na formulação e na aceitação dos princípios morais gerais que sustentam essas regras. Esses princípios, muitas vezes, conflituam com as regras da sociedade; o dilema resultante desse conflito é resolvido pelo julgamento de acordo com os princípios e não de acordo com a convenção. No nível pós-convencional o *self* é diferenciado das regras e

expectativas dos outros e define os valores morais em termos de princípios próprios. (BIAGGIO, 2006: 24).

Estágio 5: A Orientação para o Contrato Social

As leis não são consideradas válidas pelo mero fato de serem leis. O indivíduo avalia as leis e costumes morais e pode pensá-los como injustos e que devem ser mudados. A mudança é buscada por meio democrático e legal.

Estágio 6: Princípios Universais de Consciência

O indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. Se as leis injustas não podem ser mudadas pelas vias democráticas e legais, o indivíduo ainda assim resiste às leis injustas. É a moralidade da desobediência civil, de todos aqueles que permanecem fiéis aos seus princípios, em vez de se conformarem com a autoridade, ao estabelecido.

Biaggio (2006), em seu estudo realizado com crianças e adolescentes brasileiros sobre o nível de maturidade moral, obteve os resultados que apontaram para a prevalência do estágio 3 (moral do bom menino). Esse resultado possibilitou a autora inferir sobre o contexto cultural – uso da afetividade dos povos latinos e a prevalência do estágio 3 nesta população.

La Taille (2006), em seu livro “Formação ética: do tédio ao respeito de si mesmo”, refere-se ao fato de que grande parte da população é heterônoma. A passagem da heteronomia para a autonomia segundo a visão construtivista se dá a partir das interações do indivíduo com o meio, desse modo, reiteramos que o meio deve oferecer boas condições para que indivíduos alcancem estágios mais elevados do desenvolvimento do juízo moral.

3 TRANSGRESSÃO

“Entendo que uma das causas principais do mal está na convicção de possuir o bem ou ser possuído pelo bem, o que produziu incontáveis massacres, perseguições e guerras religiosas, nacionais e civis. A crença de fazer o bem é uma causa poderosa do mal, embora não resulte de uma vontade má, mas de uma carência de racionalidade e/ou de um excesso de fé que é fanatismo.” (MORIN, 2005: 190)

Transgressão, em seu sentido etimológico, significa desobediência, ou seja, não se submeter, ir além, infringir, violar.

O objetivo desse capítulo é discorrer sobre os aspectos positivos e negativos da não submissão, da infração, da desobediência, ou seja, da transgressão, e em seguida abordaremos o que se convencionou chamar “jeitinho brasileiro”.

A transgressão tem uma função importante para a vida individual e para a vida coletiva, que é a resistência a leis injustas, às desigualdades e às opressões.

Vieira (1984) adota o termo desobediência civil para abordar um tipo específico de transgressão, que são os acordos que visam evidenciar os conflitos, tensões e opressões presentes na sociedade e que precisam ser modificados.

A desobediência civil para Bobbio (1992) é a maneira pela qual se revela publicamente a injustiça da lei com a finalidade de induzir o poder público a mudá-la. Esse autor distinguiu a desobediência civil das transgressões comuns, pois a primeira visa mudar a ordem e a segunda visa à desintegração e a destruição da ordem. As características da desobediência civil segundo o mesmo são: a inovação, a demonstração e a publicidade.

Dessa maneira a desobediência civil é uma ação ilegal, coletiva, pública e não violenta, que se atém a princípios éticos superiores para obter mudança nas leis.

A transgressão do ponto de vista ético-moral é uma recusa ao instituído, tendo em vista o engajamento ou desengajamento de valores. Recusa ao

instituído que não ofereça possibilidade de as pessoas se desenvolverem biológica, psicológica, social, cultural e espiritualmente. A transgressão, neste ponto de vista, decorre da ação que não se contenta em apenas dizer não ao que é, mas dizer sim ao que pode ou deve ser.

A transgressão dessa maneira é redimensionada e redefinida como uma das características do ato ético.

Azevedo (2006), propõe outra maneira de ver a transgressão: a desobediência a uma regra sem visar à modificação do sistema normativo adotado, ou seja, o sistema permanece intacto e é utilizado no ato da infração com objetivo de adquirir poder social. Podemos exemplificar com o tráfico de entorpecentes que visa garantir poder econômico e social a partir da venda de drogas ilícitas, deste modo mantém a desigualdade e a exclusão de uma parte da população que convive em condições precárias de moradia e acesso reduzido a bens sociais, enquanto garante num determinado microgrupo ascensão social pelo sobressair-se e noutro microgrupo o destaque pelo medo.

O gesto transgressor que estamos defendendo é aquele que ultrapassa os limites oferecidos por leis que restringem a liberdade e o desenvolvimento do potencial humano. É caracterizado pelo questionamento, pela pertinência dentro do grupo de referência deste questionamento, pela publicidade e pelo conflito.

A transgressão que infringe a lei visando apenas o bem individual, secreta e que evita o conflito, é o tipo de transgressão que observamos no típico “jeitinho brasileiro”, ou seja, não há modificação do sistema normativo, promoção de justiça e igualdade.

Os códigos morais foram construídos a partir de conflitos e desses conflitos a humanidade teve alguns direitos assegurados.

Bobbio (1992) ressalta que os direitos são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Os direitos asseguram um novo modo de participar da sociedade: a cidadania. Marshall (1967: 29) instituiu três níveis de cidadania no mundo

moderno: direitos civis, conquistados no século XVIII; direitos políticos, conquistados no século XIX; e os direitos sociais, conquistados no século XX.

Os direitos civis surgiram na Inglaterra, após a Gloriosa Revolução, de 1688, esses direitos são: o direito à vida, à liberdade de pensamento , de ir e vir e à propriedade.

Os direitos políticos, até o final do século XIX, foram negados à grande maioria da população pelos regimes liberais da época. A generalização desses direitos é produto das lutas da classe trabalhadora, esses direitos são: o de votar e de ser votado, de associação e de organização, de tomar parte das decisões que envolvem o conjunto da vida social e do Estado.

Os direitos sociais foram reivindicados pelos trabalhadores ao longo de todo o século XIX e assumidos, parcialmente, no século XX. São precisamente os que permitem ao cidadão participar minimamente da riqueza material e espiritual criada pela coletividade. A ideia central que rege esses direitos é a da justiça social.

Claramente constatamos todos os dias que esses três níveis de direito adquiridos funcionam mal. Os direitos civis, políticos e sociais não apenas funcionam mal porque o Estado deixa de implementá-los, mas também os agentes sociais carecem de cidadania.

Para Azevedo (2006), politizar significa identificar o espaço da política como um lugar de onde você contesta. Essa identificação permite reconhecer a cidadania como forma de conflito. A ampliação dos direitos e a resistência à desconstrução dos direitos adquiridos se dá no conflito.

3.1 Brasil - Movimentos Políticos ou Ausência Deles

Notamos a importância de abordar nossa história política e de engajamento da população para contextualizarmos no próximo item o que entendemos como jeitinho brasileiro.

Nossa colonização ocorreu de modo pacífico, sem muita resistência, as imposições da metrópole foram acatadas, a independência foi fruto de acordos e interesses políticos, na república, as manifestações de grupos opositores foram desarticuladas. Nossa história denota poucos conflitos, falta de engajamento e o não favorecimento de espaços para a construção da cidadania.

O Brasil, como um país de exploração no período colonial, não teve nenhum projeto de desenvolvimento social, cultural, territorial e econômico neste contexto, foi construída a relação do povo que aqui habitava com as instituições, os valores e a identidade de ser brasileiro. Neste caldo cultural, as instituições se tornaram desacreditadas por visarem à expansão da metrópole e, desse modo, negar os direitos básicos da população, os valores eram transitórios e ser brasileiro era ser colonizado e ter um sentimento de menos valia em comparação aos dominadores.

Somos herdeiros de culturas e visões de mundo antropofágicas, ou seja, da tradição de assimilar o outro. Nossa cultura é a cultura do medo e da dissimulação. (MARTINS, 1993: 20)

As ideias do clientelismo, da corrupção e do patrimonialismo, encontraram terreno fértil por aqui, desde que o transgressor tivesse posses. A mentalidade era tirar proveito próprio em detrimento do público. O Estado mantinha na colônia suas instâncias repressoras que se adaptaram fazendo vista grossa a algumas infrações mediante algum benefício.

O capitalismo implantado aqui não é o mesmo que se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos. É um capitalismo baseado na propriedade da terra, no latifúndio, na desigualdade, na riqueza especulativa e não no trabalho, na hierarquia do mando e do medo (MARTINS, 1993: 25).

Segundo Martins (1993), nosso capitalismo é baseado na extorsão (tributarista) e especulação, o que colabora para voltarmos sempre a práticas de escravidão. Ainda hoje convivemos com o racismo, o regionalismo, a discriminação por classe social,.

Ainda assim há a crença, de acordo com Chauí (2000), de que o brasileiro é um “povo dócil”. Ela argumenta que isso é um mito que aliena e não permite que

seja percebido a realidade do povo brasileiro. Para ela, a sociedade brasileira é autoritária (como formação social) e dela provêm às diversas manifestações do autoritarismo político, porque ela conserva as marcas da sociedade colonial escravista, com predomínio do espaço privado sobre o público, tendo sua centralidade na hierarquia familiar.

A independência se realizou de maneira negociada, ordenada e pacífica, denotando a ausência do sentido de pátria e nacionalidade. O país nasceu escravocrata, mantendo a economia monocultora e latifundiária e com a população analfabeta o que impôs grandes limites aos direitos civis e políticos.

A colonização segundo Azevedo (2006), produziu três classes da população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. Entre os primeiros a relação é clara, o acesso do “homem livre” à vida social e seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto dos que tem recursos financeiros. É entre essas duas classes (“homem livre” e os poderosos) que acontece a vida ideológica, regida pelo favor. E assim, como profissional, dependia de um favor para o exercício de sua profissão. O pequeno proprietário depende dele para a segurança da sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é oposto à autonomia, mantendo o favorecido num ciclo de dependência e alienação, pois engrandece o favorecido e ao seu benfeitor.

A sociabilidade do favor pressupõe: cumplicidade permanente, ou seja, não cabe nenhuma denúncia entre as partes.

Já o Brasil república tinha a tarefa de conciliar o liberalismo com o poder das oligarquias, que detinham o monopólio da terra; isso implicava na limitação das oligarquias e na ampliação da participação da burguesia no poder. A burguesia, então buscou o apoio da classe trabalhadora para conseguir esse avanço.

O capitalismo, iniciado nos anos 20 do século passado, embora atrasado em relação ao capitalismo praticado na Europa e Estados Unidos, modificou nosso sistema produtivo e fez surgir novas classes sociais.

Até 1930, a participação política da população era limitada a pequenos grupos e a grande maioria tinha uma relação de distanciamento ou de suspeita.

A Revolução de 1930 resultou da conciliação de interesses de setores de classes dominantes e da cooptação de lideranças políticas das camadas médias emergentes.

O Estado pós-revolução, incorporou os sindicatos, instalou a ditadura em 1937 até 1945, fechou partidos políticos e criou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), ou seja, criou maneiras de exterminar a autonomia da sociedade civil.

Segundo Coutinho (2005: 10), o fato dos processos de transformação terem se dado pelo alto e pela “revolução passiva”, marcaram a história brasileira, causando dificuldades à participação popular criadora nas várias esferas de nossa sociedade.

A socialização da política no Brasil segundo Netto (1996b:18 *in* AZEVEDO, 2006), sempre foi um processo inconcluso, pela recorrente neutralização e exclusão das forças populares dos processos de decisão política.

O movimento sindical de 1967-68, na luta antiditatorial foi contido pela intensificação da repressão, o fechamento do congresso, cassações e prisões.

O novo regime ditatorial desarticulou os movimentos de autonomia usando de repressão e censura. A organização da sociedade civil (intelectuais) foi mais uma vez desarticulada.

A organização da transição entre ditadura e regime democrático se dá num contexto de frustração devido ao atraso econômico. Os brasileiros, sob o lema “Muda Brasil”, esperavam a superação de mais de 20 anos de autoritarismo militar.

Para a maioria da população, a democracia era vista como a participação do indivíduo na vida pública, não como direitos e deveres políticos de cada indivíduo.

Nos anos 90 do século XX, jovens brasileiros se uniram no movimento “caras pintadas” para exigir a saída do então presidente Fernando Collor de Melo acusado de corrupção. Desde então, corrupção, desigualdades, violências estão estampados em jornais todos os dias e o povo brasileiro assiste e se mantém impotente e descrente.

Com essa pequena amostra da história brasileira, pretendemos contextualizar uma maneira típica de se comportar frente aos conflitos que a vida social nos coloca o “jeitinho brasileiro”.

3.2 O “jeitinho brasileiro”

De acordo com o exposto anteriormente podemos afirmar que há ausência de uma sociedade civil brasileira organizada, o que resulta numa cidadania fraca, a qual se contrapõe um Estado forte.

A categoria cidadania entendida por Ferreira (2003) depende da ação dos sujeitos e dos grupos básico em conflito, e também das condições globais da sociedade.

Ainda para a mesma autora, não há como falar de brasilidade sem trazer à tona o conceito de cidadania. A compreensão dos sentidos que se atribuem ao brasileiro é visto a partir da perspectiva de cidadania. Para ela é um equívoco falar em resgate da cidadania, pois no seu entendimento é necessário que a cidadania brasileira seja construída.(p. 74)

Desse modo entendemos que o jeitinho brasileiro é um modo de manter o *status quo* social, ou seja, de não desenvolver a cidadania. Partindo dos estudos de Holanda (1999) e Da Matta (1997) sobre as características do “jeitinho” apresentaremos ao final a análise dos clichês realizada por Ferreira sobre o tema.

O jeitinho caracteriza-se pela obtenção de rápido favor para si, que é adquirido escondido e sem chamar a atenção, em geral, contra as normas gerais. O que, de acordo com o visto acima, é uma característica implantada desde o Brasil Colônia, transposto para o Brasil República, em que os ditos “homens livres” contavam com a ajuda de pessoas economicamente abastadas para exercerem suas profissões, o que nos dias atuais também é observado, pois ainda hoje a mentalidade de ter um parente ou amigo influente é garantia de um futuro próspero.

Holanda (1999), ao referir-se à cordialidade brasileira, enfatiza que ela é uma característica marcante do modo de ser do brasileiro. A cordialidade é vista como a dificuldade de seguir o formalismo social usando da afetividade para estabelecer acordos e regras de sobrevivência, ou seja, numa nítida confusão entre o público e o privado.

A palavra cordial, vem da palavra latina *cor*, *cordis*, que significa coração, portanto, o homem cordial não é uma pessoa gentil, mas aquele que age movido pela emoção no lugar da razão; ele detesta formalidades, põe de lado a ética e a civilidade e não vê distinção entre o privado e o público.

A cordialidade manifesta-se nos gestos largos, no espírito indolente, no uso exagerado dos diminutivos, visando à quebra da formalidade nas relações buscando torná-la uma relação de amizade. Assim, a máxima popular empregada no jeitinho brasileiro é “aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei!”.

Supomos que o que causa vergonha ao brasileiro é ser desconhecido, não ter amigos, desse modo o projeto de vida do brasileiro – a ética – está relacionado a manter os laços afetivos mesmo quando valores, princípios e regras são quebrados por seus “entes queridos”.

As relações baseadas na cordialidade, ao contrário do que muito se pensou no passado de ser uma característica dos indígenas e negros, hoje, com os estudos de Holanda (1999) sobre o Brasil colonial e também a análise de documentos dessa época encontradas no livro “Teatro dos Vícios”, mostram que as relações de compadrio e do favor eram típicas daquela época. Num documento analisado neste mesmo livro, um português cristão novo se envolve com uma mulher casada durante a ausência do marido, no retorno do marido, o mesmo clama por justiça e pelo fato do adúltero ter posses e alguma influência é o esposo quem sofre as punições. (ARAÚJO, 2008)

A construção da República se dá a partir da ideia de respeito aos limites entre o público e o privado, racionalizando assim as atividades administrativas da máquina burocrática. Entretanto, o fato, na prática, é que a frouxidão dos laços institucionais permaneceu e permanece até os dias atuais. O que se nota são o compadrio, o “jeitinho” e a troca de favorecimentos, tornando impossível a

realização do processo de racionalização defendida por Holanda (1999), que deveria dar origem ao Estado de Direitos, ao invés do Estado de Privilégios.

Holanda (1999) constata nossa incapacidade de fazer uma ruptura radical, afirmando que não desejamos “o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas”, por isso, buscamos “ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo”. Nossos conflitos políticos são pacíficos e negociados, o que pelo lado negativo faz com que o Estado, em qualquer expressão menos harmônica de nossa sociedade, elabore estratégias de desarmar qualquer manifestação social, negando desse modo a espontaneidade nacional.

O mesmo autor retratou o Brasil da década de 30 do século XX, como a permanência de ranços do patrimonialismo, patriarcado e a imbricação entre o público e o privado. A saída dessa condição dada pelo autor era a racionalização do aparelho estatal, mas que no decorrer do século essa solução demonstrou-se utópica, uma vez que no século XXI, a mentalidade brasileira permanece, em espírito, marcada pela *cordialidade* e pelo *jeitinho*.

Para Da Matta (1997), esta cordialidade é estruturante das relações de sociabilidade e impossível de extirpar, pois é parte da identidade nacional.

No Brasil, Da Matta (1997) observa uma característica decorrente da cordialidade que é o “pode-e-não-pode”, ou seja, uma flexibilização das leis e costumes diante do contexto e do indivíduo. Ele credita esse comportamento ao fato de as leis serem verticalizadas, o Estado e as instituições serem desarticuladores e coercitivos. Porém, nota-se uma contradição: a exceção a ser aberta em nome da cordialidade (“pode-e-não-pode”) não constitui pretexto para que novas exceções sejam abertas. O *jeitinho* jamais gera formalidade e esta jamais sairá ferida após o uso do *jeitinho*.

O brasileiro, nesse contexto opressor e não participativo, utiliza recursos afetivos que vençam a dureza da formalidade, por exemplo, diante de uma autoridade, tentará descobrir alguma coisa que possuam em comum – um conhecido, a “*terrinha*” natal, uma experiência parecida, etc. O apelo ao discurso emocional poderá muito tocar a autoridade e esta “aliviar” ou não punir.

Ainda de acordo com Da Matta (1997), a informalidade é também exercida por esferas de influência superiores. Quando uma autoridade "maior" vê-se coagida por uma "menor", imediatamente ameaça fazer uso de sua influência; dessa forma, buscará dissuadir a autoridade "menor" para assim neutralizá-la ou aplicar-lhe uma sanção. A fórmula típica de tal atitude é o "carteiraço" e o "você sabe com quem está falando?".

Ferreira (2003), analisou os clichês "todo brasileiro gosta de levar vantagem em tudo", "o jeitinho brasileiro" e "Deus é brasileiro" para compreender a constituição do que é ser brasileiro.

A expressão "todo brasileiro gosta de levar vantagem em tudo" se popularizou a partir de uma campanha publicitária de 1978, que promovia a marca de cigarro Vila Rica (a marca prometia ser mais barata e descer suave na garganta); seu garoto propaganda era Gerson, ex-jogador da Seleção Brasileira Tricampeã do Mundo; o slogan da campanha era: "Gosto de levar vantagem em tudo, certo?" *"O estrago estava feito. Na década de 80, quando o anúncio já havia saído do ar, a Lei de Gerson já era uma instituição nacional"* (FERREIRA, 2003: 75).

A fala de Gerson, como podemos notar, tornou-se ao longo dos anos a fala de muitos brasileiros, alguns bastante ilustres, por exemplo, Collor, em sua disputa pela presidência "vencer ou vencer".

A autora, analisando o efeito desse clichê nos dias atuais, concluiu que há uma profunda ambivalência. Alguns entendem que enganar os outros, ludibriar a sua boa-fé é parte de um jogo legitimado socialmente; para outros, a simples menção do enunciado é ignominiosa, personificando tudo o que deve ser combatido e condenado num país que ainda precisa construir sua cidadania.

Este estudo possibilitou à autora avaliar algumas opiniões a respeito desse clichê, chegando à conclusão de que o que há de comum nos depoimentos é a convicção de que essa expressão tem "a cara do Brasil", isto é, que ele retrata um modo de ser e de pensar que é típico do brasileiro. O que difere nestas opiniões é a interpretação das conseqüências, visto por alguns como familiar e por outros com repúdio.

Nas palavras de Ferreira (2003: 77), “o jeitinho” está impregnado na memória do brasileiro, como marca registrada constitutiva da identidade.

Quando se refere ao “o jeitinho brasileiro” nota-se um nível de adesão maior, há mesmo uma simpática tolerância e uma aceitação consentida para com esse modo de ser, que identifica e distingue o brasileiro. “O jeitinho” pode ser entendido como um mecanismo compensatório para o brasileiro, frente a tanta adversidade.

A palavra jeitinho parece mobilizar sentidos que atravessam uma tênue linha de moralidade, da ética, que se confunde com esperteza, malandragem, ou pode ainda percorrer caminhos mais obscuros numa escala de degradação.

Em certos grupos sociais pode-se notar uma espécie de indignação ética, provocada pelo clichê. Para Ferreira (2003: 77), a intensificação dessa atitude tende, gradualmente, a produzir um efeito de desconstrução dos sentidos já sedimentados. Esse é um processo histórico que se desenrola e que vem associado à concepção de cidadania que a sociedade quer ver implementada.

O clichê “Deus é brasileiro” representa uma referenda ou “benção” que assegura sucesso ao brasileiro. A garantia divina mobiliza o sentimento de fé e de esperança do povo, deslocando para outro terreno os problemas de quem conta com a ajuda do além para superá-los (FERREIRA, 2003: 78).

A fé e a esperança mobilizados por essa expressão pode determinar um descomprometimento perante as responsabilidades individuais na vida em sociedade.

Afinal, pode-se argumentar que “Deus sendo brasileiro”, dá um “jeitinho” para que se leve “vantagem em tudo” (FERREIRA, 2003: 78).

4 PÓS-MODERNIDADE - CONTRUTIVISMO

“O verbo complectere, do qual vem complexus, significa ‘abraçar’. O pensamento complexo é o pensamento que abraça a diversidade e reúne o separado.” (MORIN, 2005: 142)

Esse capítulo visou interar o leitor sobre os pressupostos epistemológicos adotados nesta pesquisa.

Piaget (1973: 19) buscou em seus “Estudos Sociológicos” demonstrar a complexidade das interações mente, corpo, sociedade. Na visão do autor não há relação de superposição ou de sucessão de hierarquias entre o biológico, psicológico e o social, mas laços de coordenação, desse modo, a compreensão sobre a natureza humana e a transmissão de características passam de um modelo centrado no biologicamente herdado para transmissões “exteriores ou interações entre os indivíduos” que englobam e coordenam as heranças genéticas. Nas palavras do autor, “a mentalidade de um povo depende muito menos de sua raça do que de sua história econômica, do desenvolvimento histórico de suas técnicas e suas representações coletivas, esta história não sendo mais a de um patrimônio hereditário, mas um patrimônio cultural, quer dizer, de um conjunto de condutas transmitidas de geração em geração, do exterior e com modificações dependentes do conjunto do grupo social”.

A virada pós moderna iniciou a partir desses abalos no saber até então dominante. Lembremos que a ciência tradicional esteve pautada na disciplinariedade, na fragmentação do objeto, na objetividade e na verdade. Pensar em coordenação, interação entre duas ou mais disciplinas, dois ou mais fenômenos – complexidade inaugura um novo campo a ser explorado pela ciência.

Não é nosso objetivo fazer um levantamento histórico de como se deu esta virada, mas de expor os pressupostos dessa mudança na maneira de conhecer o mundo. O desenvolvimento do campo se deu de maneira fervilhante o que resultou numa guinada paradigmática que reúne diversas posições diante de

uma realidade plural. Nossa intenção também não é de abordar esse rico desdobramento da ciência contemporânea, mas de expor as balizas que alicerçam nossa compreensão sobre o mundo.

Nesse sentido, falaremos agora sobre a pós-modernidade que no entendimento de Grandesso (2000) é uma a construção do conhecimento baseado numa prática discursiva socialmente construída, contextualizada, em multiperspectiva, de caráter relacional e de legitimação das narrativas pluralísticas.

O ser humano, nesse ponto de vista, é concebido como um sistema que se relaciona com um sistema maior. O ser humano é abordado em sua complexidade, o universo é constituído por unidades complexas em relações organizacionais (autoregulação), das quais emerge o acaso, de forma imprevisível.

Explicitando de maneira abrangente, as características do paradigma pós-moderno, ou ciência novo-paradigmática, segundo Esteves de Vasconcellos (2002), são:

- **Complexidade:** reconhecimento de que todos os fenômenos do mundo são interligados; a inserção da observação do contexto no qual o fenômeno está inserido; causalidade circular.
- **Instabilidade:** o reconhecimento de que “o mundo está em processo de tornar-se” –indeterminação – com a conseqüente imprevisibilidade de alguns fenômenos e de sua irreversibilidade como conseqüência a incontabilidade desses fenômenos.
- **Intersubjetividade:** o reconhecimento de que “não existe uma realidade independente de um observador”. O observador, ao deparar-se com a realidade a qual pretende observar, torna-se parte da realidade observada. Na perspectiva pós-moderna, não há possibilidade de imparcialidade e distanciamento do observador.

Adotar estes pressupostos é olhar para a realidade com as “lentes” do paradigma construtivista -- de construção da experiência –, ou seja, a realidade não está pronta e acabada, mas “está aí”, em constante processo de modificação (social e individual). A ciência humana, desde a década de 70 do século XX, passou a centrar seus estudos na compreensão do significado da experiência, sendo assim, a realidade, desde então, é compreendida como o mundo de significados do sujeito em interação biopsicossocial.

Dessa maneira, para se compreender o mundo dos significados do sujeito ético, moral, dotado de valores, é necessário compreender a experiência individual, o contexto micro (familiar, comunidade) e o contexto macro (cultura, sociedade), no qual tanto é constituinte das escolhas individuais quanto são constituídos pelas mesmas.

O construtivismo propõe uma teoria do conhecimento ativo – sujeito e objeto conhecido são inseparáveis. O conhecimento é ativamente construído pelo sujeito cognoscente, o significado é produto da atividade humana. O conhecimento torna-se, nessa visão, organizador do mundo experiencial do sujeito.

Martins e Branco (2001) utilizam a abordagem sociocultural construtivista para compreender o desenvolvimento moral do indivíduo. A resolução dos conflitos morais, o desenvolvimento de crenças e a aquisição de valores são vistos neste modelo a partir de uma dimensão interativa e contextual, ou seja, é na inter-relação de aspectos socioculturais, cognitivos e afetivos que se dá a construção do juízo moral.

O modelo sociocultural construtivista caracteriza-se por ser um modelo aberto, que contempla a natureza dinâmica, plural, complexa, coconstruída e imprevisível do desenvolvimento, em que os caminhos do processo não podem ser determinados com exatidão.

A transmissão da cultura no construtivismo pode ser estudada a partir do modelo bidirecional. A premissa é de que todos os participantes no processo de transmissão cultural estão ativamente transformando as mensagens culturais, ou seja, emissor e receptor organizam e reorganizam ativamente a informação cultural de forma que a cultura se encontra continuamente em transformação

mediante a ação de todos os participantes da experiência social. (MARTINS E BRANCO, 2001)

Valsiner (1994, 1998; *in* MARTINS E BRANCO, 2001) propõe a utilização dos conceitos de “cultura pessoal” e “cultura coletiva” para designar os pólos do “sujeito” e do “social” de um mesmo processo interativo que constitui o fenômeno psicológico. A "cultura pessoal" refere-se à versão singular e original de cada um, em constante transformação por meio do contato com a "cultura coletiva", isto é, a rede de significados historicamente construídos e coletivamente partilhados pelo grupo social.

As relações entre "cultura coletiva" e "cultura pessoal" se definem como aquelas presentes na articulação de componentes de um todo, que mantém entre si uma dinâmica interativa de "separação inclusiva". O indivíduo, ao construir a sua "cultura pessoal", se encontra em um permanente processo de construção ativa de valores, crenças, hábitos e informações. É por meio das ações que o indivíduo expõe sua "cultura pessoal" e vai introduzindo na "cultura coletiva" novos elementos. A emergência do novo, bem como o grau ou intensidade do caráter transformacional potencialmente presente nos processos de construção/ação está, de certa forma, subordinado a aspectos históricos, institucionais, temporais, contextuais e subjetivos que sistemicamente atuam como mediadores da transformação cultural. (MARTINS E BRANCO, 2001:.6)

Desse modo, ressaltamos a importância da comunidade na vida humana. A comunidade é vista como espaço de relações de indivíduos que constroem suas subjetividades e modificam as características da comunidade a partir de suas inter-relações em determinado espaço e tempo.

4.1 Participação Cidadã

“A comunidade se expressa como espaço de construção de cidadania, no qual todas as falas são legítimas. Esse conceito, que pode parecer utópico, é tomado nessa perspectiva para que marque o desafio de atuarmos focando as relações entre indivíduos, e entre estes e a sociedade, em uma busca de valorização das relações comunitárias que visem o bem comum.” (RICCI, 2003)

As características do contexto político, econômico e social do Estado tradicional (onipotente, paternalista e assistencialista) e suas relações com os cidadãos necessitam ser modificadas para espaços de participação nas decisões que interferem nos interesses vitais da população.

Participação é um comportamento e uma ideia novos em nossa sociedade, como foi possível notar a partir do que vimos no exposto anteriormente, a resolução dos conflitos no Brasil são feitos de maneira individual e local, sem que haja conhecimento público e sem engajamento na mudança do *status quo* social.

Nos trabalhos em Psicologia Comunitária, desenvolvidos por Sánchez (1999), na Venezuela, e Rozas (1999), no Chile, sobre “continuidade da participação comunitária” e “estratégias de superação da pobreza”, respectivamente nos deparamos com ideias que podem nos auxiliar a pensar e integrar todo o conhecimento exposto até aqui numa proposta de desenvolvimento da cidadania, e de valores positivos para a convivência social e global.

A América Latina, durante a colonização, foi obrigada a absorver o modo de vida da cultura ocidental. O aniquilamento de tradições, crenças e modo de vida dessas comunidades, a instauração de um Estado centralizador, fragmentado e com decisões verticalizadas, no nosso entender, implicou diretamente na desarticulação política da população latino-americana. Nos falta iniciativa participativa, carecemos de cidadania.

Nesse contexto, entendemos ser de extrema importância desenvolver a ideia de participação comunitária, mas comunitária no sentido de microgrupo social atuante nas decisões dos rumos do macrogrupo social.

De acordo com Sanchez (1999: 136), participação é a organização de um grupo que concorde com a natureza do problema a ser solucionado e com as decisões de resolução do mesmo. A participação é mais que realizar atividades para o melhoramento de situações de vida, é um espaço dinâmico, que evolui e provê aos cidadãos a oportunidade de influir nas respostas do Estado aos seus problemas. É também um processo educativo informal, que se desenvolve nas relações interpessoais.

Os fatores que contribuem para a participação comunitária segundo Sánchez (1999: 138) são: “mais raízes em sua comunidade, maior percepção de eficiência política em si mesmo e nos outros, mais sentido de comunidade, mais satisfação com o progresso de sua comunidade, mais êxito em suas gestões frente a instituições públicas, mais líderes visíveis e eficazes politicamente, mais capacidade para representá-los e mais procedimentos democráticos para a tomada de decisões e para a seleção de seus dirigentes”.

Para Vidal (1991, *in* ROZAS, 1999: 35), comunidade é um “sistema ou grupo social de raiz local, diferenciado no seio da sociedade da qual é parte com base em características e interesses compartilhados pelos seus membros e subsistemas que incluem: localização geográfica, interdependência, interação psicossocial estável, sentimento de pertencer e identificação com seus símbolos e instituições.

Rozas (1999) defende a gestão territorial para a superação da pobreza no Chile. Esse modelo consiste em gerar um processo de interação entre dois ou mais setores ou instituições de modo a implementar programas de maneira compartilhada, dar protagonismo à realidade social e evitando a centralização.

Entendemos que a visão de Rozas, no contexto desse trabalho, precisa ser ampliada para uma visão de sociedade como um todo, ou seja, dar protagonismo à realidade social é buscar a religação defendida por Morin (20005): indivíduo-indivíduo, indivíduo-sociedade, indivíduo-espécie. Não podemos mais fragmentar o fenômeno (sociedade) e também não podemos nos esquecer das especificidades de cada parte, devemos ter um olhar para as inter-relações e as interconexões.

Rozas (1999: 38) argumenta que gestão se constitui no ato de articular e potencializar a participação de vários atores de um território, em função de um objetivo de desenvolvimento ou de solução de um problema.

Desse modo, entendemos que a maior participação social se dá a partir da garantia dos bens fundamentais sociais (ensino, justiça, saúde, moradia, trabalho, liberdade de escolher o estilo de vida) para que as pessoas se percebam como cidadãos de direitos e deveres e que possam se engajar numa participação cidadã.

Pensarmos em ética, em moral, em valores positivos nos coloca diretamente relacionados às ideias dos autores estudados neste trabalho. O ponto de intersecção entre eles é a importância da inter-relação entre diversos fatores (biopsicossocial, razão e afetividade, espaço, tempo) no modo como construímos nossa participação social.

Para Sawaia (1999), a ética do bem viver, ao se restringir aos sentimentos individuais, falseia as questões sociais, estruturais e nos impele à exposição do eu à tirania da intimidade.

“A proposta do reencantamento do mundo é aprisionada pelo sentimento dominante de ser feliz comigo mesmo e por mim mesmo. O exercício político se transforma em busca de estéticas existenciais particularistas, que sustentam o ‘eu’ narcísico e a intimidade se transborda, afogando o público, esvaziando o sujeito político e eximindo o Estado e a ordem social excludente de responsabilidades pela existência.” (p. 24)

O problema ético imposto pelas nossas sociedades é “como podemos melhorar as relações entre os seres humanos, o que significa, ao mesmo tempo, o indivíduo, a sociedade e os seus laços?”

Para Ricoeur (*in* LA TAILLE, 2006), a ética é o projeto de “vida boa” “com outrem”, “para outrem”, e “instituições justas”. Concordamos com o autor, por entendermos o enraizamento numa família, comunidade, sociedade com legitimidade implica na construção de uma identidade positiva, com uma boa autoestima, o que diretamente está implicado no desenvolvimento humano, comunitário e social.

Comte-Sponville (2007) salienta que praticar as grandes virtudes é a possibilidade de tornar a humanidade mais humana.

Sócrates dizia que o homem conhecendo, o bem, não pode deixar de praticá-lo.

A religião é um imperativo ético primordial que comanda os demais imperativos em relação ao outro, à comunidade, à sociedade, à humanidade. (MORIN, 2005: 104)

5 MÉTODO

A pesquisa qualitativa é a melhor estratégia de investigação dada à natureza do objeto. Estudar a ética nas relações sociais e as implicações que o “jeitinho brasileiro” impõe é uma tarefa de tradução, interpretação e construção de uma realidade a partir do diálogo entre pesquisadora e seus interlocutores (participantes, autores, contexto social).

Kvale (1994) refere-se à pesquisa qualitativa como uma estratégia que visa à obtenção do caráter de algo para elaborar categorias nominais como uma maneira de ordenar e estruturar o mundo.

Denzin e Lincoln (1994) definem que a pesquisa qualitativa é uma prática que localiza o observador no mundo. Como observadores, entendemos que toda a produção de conhecimento situada no contexto de vida, de valores do observador, implica numa postura ética; o conhecimento se torna real e local e assim favorece o reconhecimento de outras construções.

Macedo, Kublikwski e Grandesso (2004), ao falarem da vocação da hermenêutica no campo da pesquisa qualitativa, nos direcionam a ressaltar sua importância para esse estudo. A ideia de que a compreensão é um duplo processo de interpretação (narrativa) pelo qual o pesquisador compreende a si mesmo e se abre à interpretação do outro. “Essa passagem da experiência à narrativa permite a reflexão sobre os significados que a cultura oferece; esta, por seu lado, num jogo entre indivíduos e sociedade, oferece brechas para a expressão em novos significados, que regeneram a sociedade”.

A partir de Gadamer (*in* MACEDO, KUBLIKOWSKI E GRANDESSO, 2004), assumimos nossa humildade de “compreender apenas o que já sabemos”. Desse modo, assumimos nossa responsabilidade pela construção de um saber situado num determinado momento histórico, científico, cultural, recortado a luz de nossos valores, crenças, experiências e conhecimentos.

Desse modo, como estratégia de conhecimento do fenômeno complexo que é a ética, os relacionamentos sociais e a transgressão dos valores morais, é necessário contextualizar para compreender o significado da experiência narrativa que nossos participantes ofereceram para, desta maneira, produzir conhecimentos (interpretações) que possam auxiliar na elaboração de intervenções terapêuticas úteis.

5.1 Participantes

Este estudo foi realizado com 10 (dez) participantes de idade adulta, de ambos os sexos, e de níveis socioeconômicos C e B (classe C: salários de R\$1064 a R\$4591 e classe B: acima de R\$4591, segundo dados da Agência Brasil). De acordo com o domicílio dos participantes, identificamos a partir do IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) o instrumento de mensuração da pobreza sob o enfoque multissetorial – que todos se enquadram no nível nenhuma ou muito baixa vulnerabilidade (VIEIRA, Agência Brasil, 2008).

A amostra se configurou de conveniência, a partir de indicações da rede social das pesquisadoras que informaram outras pessoas sobre a pesquisa e foram por nós contatadas. O quadro abaixo apresenta os dados descritivos da população estudada, os nomes apresentados são fictícios para preservar as identidades dos participantes.

Dados Descritivos dos Participantes (I)

Nome	Idade	Escolaridade	Ocupação	Bairro
Maria	52	Pós-graduação	Psicóloga	Vila Romana
Luiz	18	Ensino médio completo	Estudante	Jaraguá
Camila	18	Ensino médio completo	Estudante	Santa Cecília
Fernanda	31	Superior completo	Psicóloga	Moema
João	31	Pós-graduação	Gerente de projetos	Morumbi
Marcela	28	Superior completo	Educadora física	Jaguaré
Tháís	29	Pós-graduação	Gerente RH	Leopoldina
Sérgio	30	Superior completo	Bancário	Jaguaré
Marco	28	Superior completo	Engenheiro	Vila Romana
Antônio	34	Superior completo	Bancário	Saúde

Tabela 1 - Dados Descritivos dos Participantes (I)

Dados Descritivos dos Participantes (II)

Nome	Total de moradores	Total de trabalhadores	Escolaridade dos moradores	Renda total
Maria	2	2	Superior completo	R\$5000
Luiz	2	2	Ensino Fundamental incompleto	R\$1300
Camila	3	1	Ensino Fundamental incompleto	R\$1200
Fernanda	3	2	Superior completo	R\$15.000
João	1	1	Pós-graduação	R\$ 7500
Marcela	2	2	Superior completo	R\$ 7000
Tháís	2	2	Superior completo	R\$ 8000
Sérgio	2	2	Superior completo	R\$ 7000
Marco	2	2	Superior completo	R\$ 7000
Antônio	2	2	Superior completo	R\$ 8000

Tabela 2 - Dados Descritivos dos Participantes (II)

5.2 Instrumento

Para realizar a coleta de dados, iniciamos com um roteiro de perguntas de identificação para construir um índice descritor da população estudada.

Perguntas do índice descritor:

- Nome
- Idade
- Escolaridade
- Ocupação
- Bairro onde mora
- Renda mensal
- Quantas pessoas moram na mesma casa
- Quantas trabalham
- Idades dos moradores da casa
- Escolaridade dos moradores da casa
- Renda total

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi o grupo focal.

Morgan (*in* BERTHOUD, 2004) argumenta que grupo focal é uma maneira de ouvir as pessoas e aprender com elas. Para falarmos de ética nos relacionamentos, entendemos que propiciar a vivência e a possibilidade de diálogo entre diferentes pessoas é a melhor maneira de enriquecer nossa compreensão sobre o tema.

Na definição de Berthoud (2004) sobre grupos focais, notamos que ela ressalta a necessidade de os participantes terem características específicas, nesse sentido, entendemos que a especificidade do tema ética é inerente ao ser humano, como argumentou Morin (2005), e que o contexto social da cidade de São Paulo, local que se realizará a pesquisa, é de diversas ocorrências de

transgressões das normas e leis sociais que podem ser experimentadas direta ou indiretamente; vivida no social ou na família. Desse modo, compreendemos que nossa amostra atende as exigências da autora para a realização de grupos focais.

O método de grupos focais se baseia em discussões grupais para coletar dados a respeito de um tema predeterminado pelo pesquisador (BERTHOUD, 2004).

A coleta de dados teve uma fase de aquecimento com os seguintes temas:

- O que vocês entendem que é ética?
- Como o contexto social brasileiro de corrupção, transgressão e impunidade interferem na construção dos seus valores? Exemplifiquem.
- O que vocês pensam das situações do dia-a-dia em que ocorrem transgressões de valores morais estabelecidos socialmente? Exemplifiquem.
- Como vocês orientam suas ações sabendo que há condutas que são contra valores morais estabelecidos? Exemplifiquem.
- Quais valores vocês usam em seus relacionamentos (familiares, pessoais e sociais)?

No segmento de coleta de dados, apresentamos situações narradas que abordam comportamentos cotidianos e pedimos que as pessoas expusessem o que pensavam sobre essas situações ressaltando que não queríamos saber sobre o que faziam, mas o que pensavam:

- Concordam?
- Não concordam?
- Por quê?
- Como reagiriam?
- Que consequências percebem e para quem?

Situações:

1. Políticos usam dinheiro público em despesas pessoais.
2. Uma pessoa usa aparelhos (telefone, Internet, impressora, etc.) e benefícios (despesas de viagem, poder hierárquico) que o emprego lhe proporciona para fins de trabalho e estes são utilizados em benefício particular ou de parentes.
3. Um amigo conta a você que causou danos a alguém (exemplo: roubou, agrediu, traiu).
4. Um familiar recebe em seu comércio produtos ilegais para vender (carga roubada, produtos falsificados, etc.).

5.3 Procedimentos

As entrevistas foram filmadas, com prévia autorização dos participantes.

Os participantes foram separados em dois grupos, com a intenção de propiciar que todos os participantes pudessem expressar seus pensamentos, sentimentos e crenças sobre o tema.

Para o primeiro grupo foram convidadas sete pessoas (cinco alunos de cursinho e duas psicólogas, do qual três convidados do cursinho faltaram). Essa amostra foi bastante heterogênea: idades de 18 a 52 anos, classes C e B, três mulheres e um homem. O segundo grupo foi organizado com seis participantes com idades entre 28 e 34 anos, todos com rendimentos superior a R\$5000,00 e foi composto por duas mulheres e quatro homens.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue aos participantes, lido conjuntamente e todos assinaram o documento.

A coleta de dados iniciou-se com o preenchimento do questionário de dados descritores.

Depois, usamos o tema de aquecimento e em seguida disparamos as situações.

Após a realização da entrevista o material foi transcrito literalmente e os nomes dos participantes trocados para nomes fictícios.

A análise das entrevistas possibilitou a construção de uma tabela nominal que foi utilizada no trabalho de reagrupamento em quatro eixos temáticos entendidos como grandes categorias temáticas que permitiram a interpretação dos significados atribuídos pelos participantes ao tema estudado. As quatro grandes categorias foram divididas em subcategorias que estão expostas nas tabelas do capítulo “Análise e interpretação do conteúdo das entrevistas”, assim como a discussão das mesmas.

5.4 Implicações Éticas

Esta pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, sob o número de Protocolo de Pesquisa 010/2009.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

A análise dos dados qualitativos é o momento em que nós pesquisadores iremos olhar para todo o percurso que realizamos na construção da entrevista e nos deparamos com a tarefa de agrupar, reagrupar, notar semelhanças e diferenças para, desse modo então, elaborar categorias e explicá-las de modo a trazer conhecimento e compreensão sobre o tema estudado.

Nesse momento de buscar, dar compreensão ao universo que visitamos na coleta de dados, tivemos como guia as bases teóricas usadas, nossas reflexões e nosso modo de ver e estar no mundo. Desse modo, nossa construção de categorias se deu a partir da elaboração de uma primeira tabela nominal que foi a maneira encontrada de agrupar o grande volume de informações coletadas nas entrevistas. Após esse agrupamento seguimos com leituras a fim de identificar os eixos fundamentais para nossa análise, nesse sentido procedemos um novo agrupamento em quatro grandes categorias que identificamos serem os eixos centrais da presente pesquisa: ética, moralidade, transgressão e valores.

Entendemos que essas categorias estão interconectadas umas às outras, obedecendo a uma ordem hierárquica na qual está subordinada à ética.

Os eixos eleitos pela importância teórica foram subdivididos em subcategorias para aprofundar conceitos, características e conteúdos nas imbricações da teoria e da prática.

As categorias e subcategorias foram organizadas em tabelas. As subcategorias foram quantificadas em caráter informativo, porém, não é o objetivo desse estudo se aprofundar nesse aspecto.

A seguir, apresentaremos as tabelas e a discussão dos dados.

6.1 Análise e discussão dos conteúdos das entrevistas

Vimos na apresentação teórica que a ética está vinculada à construção da identidade, ou seja, está diretamente relacionada às ações concretas da vida – “como viver” – e com o ser – “quem eu quero ser”. Desse modo, o plano ético implica reconhecer razões para se viver e conceber a si próprio de tal ou tal forma.

A Tabela I (Ética) foi pensada para identificarmos quais os conteúdos selecionados nas falas dos participantes que se relacionam com a “expansão de si mesmo” – plano ético.

De acordo com La Taille (2006), a ética engloba o plano moral, pois o sentimento de obrigatoriedade depende dos rumos da “expansão de si mesmo”. A moral não diz o que é ser feliz e nem como sê-lo, porém, confere legitimidade social para a felicidade individual. Desse modo, devemos definir conteúdos para a moral, pois é ela que possibilita as opções de “vida boa” e sua legitimidade. Porém, não é possível definir conteúdos para a ética, pois o leque de opções para a expansão de si é amplo e cada um de nós tem legitimamente liberdade de escolher seu rumo.

Lembremos que o sentimento que nos faz querer agir eticamente é a vergonha. Nesse sentido é necessário identificar quais conteúdos e não outros que despertam o sentimento de vergonha para, assim, identificar quais os rumos da “expansão de si” nos dias atuais.

Tabela de Análise I – Ética

CATEGORIA - ÉTICA	
Subcategorias	Total
Levar vantagem	8
Declínio do mérito	6
Competição	6
Individualismo	10

Tabela 3 – Categoria - Ética

Apesar de as categorias expostas na Tabela I não se referirem a nenhum valor moral, estas foram as características que mais se destacaram nas entrevistas. Os participantes, ao serem solicitados que refletissem sobre acontecimentos na política e na vida diária, passaram a relatar situações de suas próprias vidas em que os valores morais estabelecidos deixam de ser praticados para que o “levar vantagem”, o declínio do mérito, o individualismo e a competição sejam a maneira de sobreviver num mundo em que a corrupção, a violência, a desesperança e a impotência tornaram-se “naturais” – “é assim mesmo”.

Levar vantagem: É uma tentativa de adaptar as regras morais aos próprios desejos, sem consideração de consequências e responsabilidades ao longo do tempo e em relação ao outro e à sociedade. Visa a satisfação imediata individual e a única relevância para deixar de transgredir é a gravidade da punição.

Todos os participantes relataram perceber que esta é uma atitude comum em nossa sociedade; a maioria dos participantes reconhece que praticam o “levar vantagem”. Esta prática está condicionada à necessidade (imprimir material na empresa, dirigir após ter bebido, furar fila, ultrapassar o semáforo vermelho, fazer conversões proibidas, pagar caixinha ao guarda, etc.), aos riscos envolvidos (vou ser descoberto) e aos tipos de punição (multa, prisão, demissão) que envolvem a transgressão.

Luiz: *“Eu penso que perdemos um pouco com isso, todo mundo critica os políticos, mas ninguém percebe que a gente passa do pequeno para o grande. Todo mundo paga o cafezinho para o guarda não multar e todo mundo se acha no direito de criticar o político. A única diferença dessa corrupção é o tamanho, você pagou dez e ele recebeu um milhão. É corrupção do mesmo jeito. Quando paga para se livrar não é corrupção e quando recebe é corrupto. Como podemos fazer isso? Então, cometemos o mesmo erro só que numa dimensão menor.” [sic]*

João: *“Aí é que está a diferença da ética social e a ética pessoal. A sociedade impõe uma série de regras que é uma maneira de você enxergar o geral, mas nós identificamos onde conseguimos ter uma maior flexibilidade nestas regras. Aqui eu*

consigo ter um pouco de flexibilidade, aqui um pouquinho mais. Você começa a fazer o jeitinho e seguir a sua própria ética.” [sic]

Thaís: *“Sim, e com consciência. Eu vou passar no radar, perto eu diminuo a velocidade e depois sigo a 120 km/h porque eu estou com muita pressa, com plena consciência de que se chegar uma multa eu vou pagar porque eu estava errada. Eu corro esse risco sabendo que eu posso ter que pagar. ‘Está bom, estou com muita pressa e se eu fizer essa conversão eu ganho tempo’, mas pode ser que eu seja multada e tenha que pagar R\$45,00; está bom, compensa porque eu ganhei tempo, agora se fosse ser presa, não, eu não faria, é muito grave a punição.” [sic]*

Marco: *“Se você pegar os políticos que são as pessoas que formam opinião, que estão ali para servir a sociedade que o elegeu, fazer o bem, ensinar as pessoas, dar o exemplo. Porém, desde a monarquia todo mundo roubava e eles continuam – os pais de todos como se fosse uma família, a sociedade é uma família. Políticos, presidentes, eles são os pais e eles vão ditar como a gente vai viver. Se eles dão o mau exemplo, eu falo ‘o cara rouba lá e eu vou sonegar’, ‘o cara rouba lá e eu tenho a oportunidade de roubar aqui, de ganhar uma bola por fora, alguma coisa’... ‘O cara põe 100 mil dentro da meia!’.” [sic]*

Declínio do mérito: Essa categoria se destacou no segundo grupo de entrevista, pois todos os participantes trabalham em empresas, têm idades entre 28 e 34 anos e estão na fase de aquisição do Ciclo Vital Familiar. No primeiro grupo essa categoria não apareceu. Entendemos que essa discrepância é devido à especificidade desse grupo em que os participantes se dividiram entre dois estudantes de 18 anos e duas psicólogas com idade entre 31 e 52 anos, que também não estão inseridas no mercado de trabalho corporativo.

Todos os participantes do segundo grupo de entrevistados relataram que a ascensão na carreira não está vinculada atualmente ao mérito, à boa preparação em teorias e técnicas, à experiência de trabalho, mas aos resultados obtidos que são medidos pelo retorno financeiro e, para obter tais resultados, não importam os meios utilizados.

Nesse contexto as pessoas se sentem confusas na maneira de agir e se sentem impelidas a abrir mão de seus valores e se sujeitar à prática ilícita para manter o emprego e adquirir ascensão social (cargos e salários).

João: *“Depende. Acho que quando envolve dinheiro envolve momentos de carreira mesmo, da sua carreira, acho que não é qualquer pessoa que pode participar de um esquema como esse. Mas acho que em cada nível existe um momento que você tem que fazer contravenções. Eu sempre pensei assim: ‘espero que cada degrau que eu suba eu não me corrompa eu não seja igual à pessoa que está acima de mim’. São aquelas coisas que quando você sobe e percebe que é impossível não fazer esse negócio aqui, de repente você descobre que estava sendo muito intolerante (ironia). Realmente é errado, mas hoje eu vejo que não dá para ser assim, é uma utopia, não dá para ser assim a não ser que você queira sair do mercado de trabalho, aí dá para ser assim. Você tem sim que levar o cliente para almoçar, você tem sim que agradar o cliente. Nunca levei ninguém no Figueira, mas num restaurante normal que gaste 30, 40 reais, paguei, é um agrado? É um agrado, talvez quando eu estiver num nível maior eu pague o Figueira.” [sic]*

Thaís: *“Eu vejo exatamente dessa forma. Você acaba sendo prejudicado pelas pessoas que fazem isso (pagam propina) e você que quer fazer correto acaba sendo mal visto por não dar resultado, porque o outro sempre consegue e o que acontece com você que não consegue? Porque paga uma “bola” (propina) e eu não pago para conseguir o contrato, para vender alguma coisa, então ele sempre tem uma chance a mais do que eu que vou lá apresentar qualidade, entrega, mas não ele está avaliando o quanto vai entrar no bolso. Isso faz um efeito cascata. Eu, enquanto profissional, sou prejudicada na visão da empresa por não ser uma boa gestora porque não consigo vender. É uma concorrência desleal, completamente desleal. O fato de existir no mercado pessoas que compram cliente faz com que você tenha que se submeter a isso e aí você está competindo de maneira igualitária e não num degrau abaixo.” [sic]*

Marcela: *“No meu meio de trabalho não é a corrupção, a sacanagem, é ser o puxa-saco do chefe, todos que são recebem benefícios, aqueles que não são ficam como meros professores e até mesmo aqueles professores que puxam o saco dos alunos conseguem coisas. Lá não há desvio de dinheiro, mas para você ganhar um pouco melhor ou ter uma coordenação você tem que dar aquela puxadinha de saco, fazer tudo o que eles querem, sempre sorrir mesmo no dia que você quer mandar o chefe ‘catar coquinho’. Não acho isso legal, você não tem que ser como eles querem, fazer o que eles querem, enfim, por isso continuo sendo apenas a professora.” [sic]*

Antônio: *“Acho que você paga um preço muito caro por tentar se manter no caminho correto. Por exemplo, no trabalho, a maioria das empresas mede a competência do funcionário pelos resultados que ele traz e determinadas pessoas que não seguem esse caminho acabam se destacando mais e você, às vezes, fica*

para trás e pensa: ‘Nossa, eu sou um ótimo gestor, trabalho muito melhor só que eu trabalho certo e ela trabalha errado, ela se destaca e eu não me destaco’; então, você começa a se questionar: ‘Será que eu estou no caminho certo?’. É complicado.” [sic]

Competição: A imersão no mundo corporativo de acordo com os entrevistados do grupo II exige uma flexibilização dos valores individuais e das regras morais para entrar no “jogo”. A disputa pelo cargo e pelo salário está diretamente condicionada aos resultados que cada funcionário gera para a empresa, portanto, deve-se estar disposto a tudo, pois não há justiça, lealdade, companheirismo. Para sobreviver e ganhar nesse jogo, “vale tudo”.

A alienação (“a corrupção está em tudo”), ou seja, naturalizar as transgressões implica no rebaixamento das funções da consciência e no campo da ação prática as pessoas estão preparadas para seguir a lógica da empresa e dos negócios – adquirir os melhores resultados sem se preocupar com os meios para alcançá-los.

João: *“Hoje eu vejo isso (pagar propina) como importante, porque se eu não fizer isso, os meus competidores vão fazer e eles serão muito agressivos; e se eu não fizer, minha empresa para e eu não vou ter dinheiro, meu salário. Sendo assim, eu tenho essa opção ou essa. A corrupção está em tudo e se você não faz tem alguém do seu lado que faz, e aquela pessoa que quer ser corrompida vai para o lado de quem faz, ela não vai ficar do seu lado porque simplesmente você é um cara legal e pode fazer o seu trabalho de uma maneira legal para ela.” [sic]*

Marco: *“Você vê que acontece e isso te motiva, de alguma maneira, a buscar tirar proveito dessa situação. O cara compra ele, que compra ele, e se eu não comprar ele eu estou fora, então isso meio que motiva a participar de alguma maneira do jogo.” [sic]*

Individualismo: a supervalorização do eu e a desconsideração do outro se tornou uma característica atual. Porém, a “expansão de si mesmo” para construir um autovalor positivo precisa da legitimação social. Nesse sentido notamos que a supervalorização da carreira pela sociedade atual é o que garante a valorização

de si mesmo. Essa valorização, porém, não garante que o indivíduo construa representações de si mais ou menos estáveis, pois a oscilação do poder social é bastante amplificada, ou seja, passamos da visibilidade à invisibilidade muito rapidamente. É o caso das celebridades instantâneas que também passam ao esquecimento numa fração de segundos.

A perda de coesão social parece fomentar a fragmentação do eu que a tudo se liga, mas nada faz sentido. O esvaziamento de sentido num mundo em que tudo se pode, a desconsideração das consequências e do outro dão primazia ao prazer imediato e à busca constante de algo que satisfaça.

Sérgio: *“Ganância, posição, ego. Então, se eu preciso chegar nessa posição, eu preciso fazer isso porque alguém vai fazer, eu passo por cima dos meus valores para ajudar meu pai, minha mãe.” [sic]*

Marco: *“Acho que a orientação geral é ‘como eu posso me dar melhor sem prejudicar muita gente’. Tem um limite: ‘vou furar a fila, não precisa furar a fila lá na frente, vou furar no décimo’.” [sic]*

Luiz: *“Nossa vontade está sempre acima do que a gente acredita, às vezes. Por exemplo, eu quero fazer isso, eu sei que não posso, mas eu vou. Por exemplo, pichar. Você não tem nenhuma placa dizendo proibido pichar, salvo as exceções, e você pode perceber que onde estão essas placas muitas vezes não há pichação. Eu quero me expressar, quero deixar minha marca, é um direito meu, mas você está acabando com algo que não é seu. Você não picha a frente da sua casa! Você picha a frente da casa dos outros por uma vontade sua, deixa o seu bom senso de lado para saciar uma vontade. Eu acho que não há educação que resolva isso, uma hora você vai passar por cima da sua consciência para saciar uma vontade.” [sic]*

Maria: *“É o individual em detrimento da maioria, é a vontade de fazer, o prazer imediato. ‘Eu vou ficar feliz fazendo isso, dane-se! Eu vou pichar esse muro, eu vou entrar no prédio falando alto, gritar na rua, entrar num prédio gritando mais de onze horas sem saber se os outros estão dormindo’. Acho que é quando a gente se empolga e deixa de ser razoável. Acho que é egoísmo, acho que é um pouco de tudo, falta razoabilidade, falta bom senso.” [sic]*

Camila: *“Acho que o homem não gosta de obedecer, não quer seguir coisas que estão preestabelecidas, então chega uma hora que ele diz: ‘chega! Eu quero assim’. O bom senso para*

quando a pessoa fala: ‘agora é meu lazer, eu não quero obedecer nada’. Mas temos que pensar sempre que se eu falhar agora posso desrespeitar o amigo, posso perturbar aquele ali; nós estamos numa sociedade não dá para ser individualista.’ [sic]

Para construirmos a categoria temática da Tabela I (Ética), a pergunta básica foi: “quais os conteúdos que embasam a ‘expansão de si mesmo’ – fundamento do conceito de ética. Também nos perguntamos a quais conteúdo o sentimento de vergonha está associado nos dias atuais. Lembramos que é a vergonha o sentimento que baliza a liberdade de escolha do rumo da “expansão de si”. A partir das falas dos participantes notamos que a vergonha está associada à não conseguir ascensão social, é vergonhoso não ter visibilidade e não importa quais os meios que serão utilizados para se obter tal visibilidade.

Porém, ressaltamos que tal visibilidade não é capaz de fomentar a “expansão de si mesmo” e dar sentido à vida, pois as regras de tal visibilidade se modificam rapidamente e sempre há novas pessoas para disputar e ocupar o lugar destacado. O reconhecimento e a legitimação social passam de um momento para o outro, de “herói a ninguém”. E nessa busca frenética por reconhecimento e visibilidade não nos incomodamos, não sofremos e não conseguimos elaborar alternativas que possam dar sentido à vida. “Dar sentido às ações é identificar aquilo que as tornam dignas de serem realizadas e que, conseqüentemente, traduz a nossa ‘situação no mundo’” (Taylor *in* LA TAILLE, 2006).

A Tabela II (Moral) abordou a moralidade entendida como o conjunto de regras estabelecidas sociamente e adquiridas na interação social.

As subcategorias tratam dos conteúdos eleitos para o plano moral.

Tabela de Análise II – Moral

CATEGORIA - MORAL	
Subcategorias	Total
Flexibilizar regras para adaptá-las aos próprios desejos.	8
Transgredir atrelado ao tipo de punição que o indivíduo aceita se submeter.	10
Aumento de regras e punições para conter abusos.	10

Tabela 4 – Categoria - Moral

Flexibilizar regras para adaptá-las aos próprios desejos: a flexibilização das regras é utilizada pela maioria dos entrevistados como uma maneira de lidar com as exigências e limitações da vida social. As pessoas se sentem exploradas no ambiente de trabalho e como maneira de lidar com esses abusos buscam tirar proveito de benefícios que a situação oferece (empresa, escola, grupo social).

Noutro aspecto disseram desrespeitar as regras por não sentirem que façam sentido para suas vidas e também por querer “levar vantagem” quando não há ninguém para descobrir e aplicar punições.

A flexibilização das regras está relacionada ao poder, ou seja, a condição financeira proporciona escolher transgredir e pagar multa, dar “gorjeta”, pagar propina; o *status* social também proporciona a partir da posição social não sofrer as punições do ato infracional, por exemplo, “carteiraço” e o “você sabe com quem está falando?”, de Da Matta (1997).

Notamos também que não há consideração da intenção no ato de transgredir a regra, o que é destacado é apenas o resultado, o que caracteriza um pensamento bastante infantil. Não refletir sobre o próprio pensamento e sobre as próprias intenções é uma maneira de estabilizar a construção de estágios mais elaborados do desenvolvimento do juízo moral.

João: “Aí é que está a diferença da ética social e a ética pessoal. A sociedade impõe uma série de regras que é uma

maneira de você enxergar o geral, mas nós identificamos onde conseguimos ter uma maior flexibilidade nestas regras. Aqui eu consigo ter um pouco de flexibilidade, aqui um pouquinho mais, mas aí você começa a fazer o jeitinho e seguir a sua própria ética.” [sic]

Tháís: *“Eu vou passar no radar, perto eu diminuo a velocidade e depois sigo a 120 km/h porque eu estou com muita pressa, com plena consciência de que se chegar uma multa eu vou pagar porque eu estava errada. Eu corro esse risco sabendo que eu posso ter que pagar. ‘Está bom, estou com muita pressa e se eu fizer essa conversão eu ganho tempo, mas pode ser que eu seja multada e tenha que pagar R\$45,00; está bom, compensa porque eu ganhei tempo’, agora se fosse ser presa, não, eu não faria, é muito grave a punição’.” [sic]*

Fernanda: *“Vou usar o exemplo da grama. Se não há placa de proibido e eu quero atravessar até o outro lado, vou olhar se não tem ninguém me vendo e vou atravessar.” [sic]*

Luiz: *“Eu acho que é relativo. Por exemplo, a tecnologia veio para trabalharmos menos, mas a gente passou a trabalhar mais, o trabalho está cada vez mais pesado, mais penalizante e você vai tirar em algum momento proveito dele. O trabalho na sua pergunta foi diferenciado do lazer, só que o trabalho está ocupando o lugar do lazer, ele não está deixando espaço para você ter o seu momento, então você vai tem que aproveitar no trabalho, você vai fazer como? Vai abrir mão da sua vida para trabalhar? Você pega a rotina de qualquer paulista, dormir, acordar, trabalhar, pegar trânsito para voltar a casa, acabou. Você fica num ciclo até o final da sua vida, muitas vezes você nem tem condições de se aposentar e quando se aposenta você fica doente pelo estresse pelo tanto de trabalho que você tem.” [sic]*

Transgredir atrelado ao tipo de punição que o indivíduo aceita se submeter: a primeira consideração feita pelos participantes do grupo II ao falarmos de transgressão foi de pensar nas consequências que estavam dispostos a pagar, por exemplo, fazer uma conversão proibida e pagar multa caso for apanhado é considerado normal, porém, se a punição da infração for a prisão, preferem não correr o risco de perder a liberdade.

As considerações sobre seus atos e as implicações para a vida de outros também foi levantada, mas de modo ainda bastante adolescente, ou seja, “comigo

isso não vai acontecer”, “vou continuar dirigindo e bebendo até que eu atropelê alguém, então nunca mais eu vou beber”.

Antônio: *“É como com o rodízio. Tem gente que arrisca sair e tomar uma multa porque precisa, agora tem coisa que você pensa dependendo da penalidade se vai ou não fazer.” [sic]*

João: *“Acho que depende muito do objetivo que você tem e do porque você precisa quebrar essa regra e depois você leva em consideração se vale a pena ou não pagar o preço por infringir esta regra.” [sic]*

Thaís: *“É. Se não tiver punição para aplicar, a gente só vai viver no jeitinho. Espera aí, vamos fazer uma curvinha proibida, deixa pegar um negócio aqui, vamos imprimir coisa na empresa mesmo.” [sic]*

João: *“Tem coisa que você faz de errado todo dia e que você não vai aprender. Eu só vou aprender se alguém falar para mim ‘você vai ser mandado embora’.*

Se o guarda hoje chegar para mim e retirar minha carta porque eu estou bêbado, agora que eu já estou sem a carta mesmo, eu não vou deixar de beber.

Outro dia, eu estava com um amigo e era quem dirigia o carro apesar de ter perdido a carta no Rio de Janeiro. Nós estávamos num bar tomando cerveja.” [sic]

Antônio: *“O que vai acontecer?” [risos] [sic]*

João: *“Eu posso tomar uma multa de novo, tomar uma multa porque eu estava dirigindo sem carta. Agora se por acaso eu atropelê alguém porque eu estou bêbado, é claro que nunca mais eu bebo na minha vida. Nem dirigindo e nem não dirigindo. Acho que é assim, depende da consequência, da gravidade da consequência. Eu acho que você para pensar se vale a pena ou se não vale infringir essas pequenas regras por menores que elas pareçam.” [sic]*

Thaís: *“Acho que as primeiras situações que vieram, imprimir coisas pessoais no trabalho, trânsito, parar em lugar proibido, passar farol vermelho, beber e dirigir, o que você está fazendo colocando a sua vida e a dos demais em risco. Eu continuo arriscando, até ter uma punição mais grave e eu sofrê-la, aprendi. Acho que no dia-a-dia a gente comete infrações e muitas vezes até ameaçando a vida de outros e a gente continua fazendo.” [sic]*

Maria: *“Por isso que tem a lei, se pegar é justa causa. As empresas já sabem que tem isso e nas viagens já colocam uma porcentagem extra.” [sic]*

Aumento de regras e punições para conter abusos: os abusos cometidos nos contextos de vida dos participantes são vistos como compensações em relação aos abusos do trabalho “penalizante” em exigências e em carga horária. Porém, todos têm consciência que esses abusos geram aumento de regras e punições em seus contextos de trabalho e nos contextos sociais. Nesse sentido, o *status quo* social está garantido, não se luta por mudanças qualitativas desejáveis nas relações.

Thaís: *“Eu faço as coisas escondidas como moeda de troca. Eu não tenho o mínimo tempo de ir imprimir 30 páginas de uso pessoal numa gráfica, eu imprimo na minha empresa, encaderno dentro da minha empresa e não peço permissão para ninguém, mas isso para mim é uma moeda de troca, eu trabalho mais de 14h por dia e não tenho tempo de fazer isso. Isso para mim é justo, não sei se eu sou tão justa assim. Isso para mim é justo, não vejo nada de errado nisso, trabalho mais de 14h e não ganho hora extra, eu converto isso em benefício próprio.” [sic]*

João: *“Eu já vi na minha empresa pessoas que tinham faturas de táxi de 2, 4, 10 mil reais por mês. O táxi da empresa tem um objetivo: ou você vai para um cliente ou se você sai depois da 22h ou se você está fora da sua base. Agora, tem gente que abusa e fica claro e na hora que começam a perceber o abuso, começam a vir as penalidades, e normalmente não é a pessoa que é penalizada diretamente, mas todos, porque agora o táxi que era a partir das 21h agora é a partir das 22h30, o jantar que era a partir da 20h agora é a partir das 22h, então evita porque temos muitos gastos, tem que justificar, explicar. Você vê que algumas pessoas que não seguiam as regras, que abusavam e agora todos são prejudicados.” [sic]*

A transgressão, como vimos, tem uma função importante na vida individual e coletiva: a resistência as leis injustas – desobediência civil. Porém, o “jeitinho brasileiro” é entendido aqui como um tipo de transgressão que visa à manutenção do *status quo* social por meio de compensações.

A Tabela III (Transgressão) abordou o “jeitinho brasileiro” como uma prática corrente em nossa sociedade, a qual impede que exerçamos a cidadania, aliena a consciência, sendo uma maneira de lidar com situações injustas e opressoras.

Uma das características do “jeitinho” é a tentativa de invadir o espaço público (autoridades, chefias, pessoas influentes) para conseguir um canal de aproximação diferenciado para tratar de coisas públicas (emprego, documento, indicação). Caracterizando nitidamente a posição de simpatia e cordialidade tão declarada pelos estudiosos do caráter nacional.

A Tabela III foi dividida em três subcategorias: indivíduo, instituições macrosociais e microgrupos sociais, a fim de descrever como se dão essas relações e compreender como se constrói nestes contextos o autovalor positivo.

Tabela de Análise III - Transgressão

CATEGORIA - TRANSGRESSÃO						
Subcategorias						
Indivíduo		Instituições macrosociais			Microgrupos sociais (família, amigos)	
Autoconceito “levar vantagem”	Autoconceito “consciência tranquila”	Naturalização da corrupção nas instituições	Aumento da crítica	No trabalho, a transgressão é vista como um meio de adaptar as regras penalizantes às próprias necessidades	Julgamento anulado pela afetividade	Tomada de atitude vinculada à gravidade da transgressão e a proximidade com a pessoa
7	3	9	1	7	10	10

Tabela 5 – Categoria - Transgressão

Subcategoria Indivíduo

Autoconceito “levar vantagem”: a atitude “levar vantagem” foi reconhecida por todos como uma prática corrente em nossa sociedade. Metade dos participantes disse que “levar vantagem” é um meio de adquirir ascensão social, porém, a minoria disse que se esforçam em não ceder às transgressões

por valorizarem a “consciência tranquila”, ou seja, não se envergonharem das próprias atitudes.

Notamos que o poder é a base a qual está atrelado as transgressões. O “levar vantagem” é um meio de adquirir poder social e a cada nível de poder os tipos de transgressão mudam e se intensificam. Questionamo-nos se o “levar vantagem” não é um conteúdo para a construção de uma identidade ética em nossa sociedade. Vimos que, no plano ético, todos têm legitimidade de escolher entre diversas possibilidades para construir representações positivas de si. As pessoas que escolhem levar vantagem elegeram ser espertas, tirando proveito das situações, enganando para se destacarem socialmente – o típico malandro de Da Matta (1997).

Faz-se necessário entender porque as pessoas elegeram o “levar vantagem” e não outros aspectos para a expansão de si. Somos impelidos a pensar que com a naturalização da corrupção, a descrença na bondade das pessoas do entorno social implicam no individualismo, marca de nossa sociedade e no não desenvolvimento do coletivo e da cidadania.

Chamou nossa atenção e nos comovemos com o esforço que nossos participantes fazem para não se corromperem em cada momento vivido.

Maria: *“Por exemplo, uma amiga acabou de achar um celular e fica com o celular. A primeira coisa que eu falaria é que esse celular não é seu. ‘Onde você achou? Ah, no cinema. Vai lá no achados e perdidos e devolve, alguém pode estar procurando.’ Mas se a pessoa quer ficar eu não posso fazer nada. Se ela pensa que o que é achado não é roubado, eu não posso fazer nada. Ela tem o livre arbítrio, mas eu acho errado.*

Fico pensando, tomara que ela perca alguma coisa e também não ache.

O que eu achei eu devolvo.

As pessoas nem procuram. Dizem que o achados e perdidos do metrô tem tudo, até dentadura, bengala, carteira com dinheiro e ninguém vai lá procurar.” [sic]

Fernanda: *“Acho tudo errado, pagar o cafezinho, dar “um jeitinho” é errado, não tem o que discutir. Você vê o fulano fazendo e de certa forma ele se dá bem, você pensa: ‘Eu não estou prejudicando, então, tudo bem’. Só vou me livrar de uma multa, dou um dinheirinho. Mas isso é prejudicar, está fazendo errado. Se fosse certo ninguém faria escondido.” [sic]*

João: *“É engraçado porque eu trabalhei numa empresa e não era uma coisa aberta, mas todo mundo sabia de alguns contratos com o Governo e nestes contratos sabia-se que se não entrasse com algum dinheiro você não levava os contratos com o Governo, e a gente levava. Trabalhei aí numa grande estatal [risos]. Não posso falar o nome, mas é uma grande estatal.*

E a gente ganhava muito dinheiro, a gente está falando de um faturamento mensal só deste cliente de cinco milhões de reais/mês durante cinco anos, faz a conta e dá para saber que é um volume legal. E quando eu saí dessa empresa e fui trabalhar noutra eles diziam a gente não dá bola, eu não vou pagar para o cara para ganhar um projeto, mas eu vou levá-lo para jantar no Figueira Rubayat, eu vou levar ele no Bamboa para se divertir, conhecer pessoas. É sério, eu vou levar para assistir a Fórmula 1 de helicóptero. Assim, ele não dá grana para o cara, mas está agradando, comprando. Por que não está comprando o cara? O cara vai jantar toda semana no Figueira ou sei lá onde. Vai jantar nos melhores restaurantes de São Paulo, nos melhores eventos, nas melhores baladas.

Depende. Acho que quando envolve dinheiro envolve momentos de carreira mesmo, da sua carreira, acho que não é qualquer pessoa que pode participar de um esquema como esse. Mas acho que cada nível existe um momento que você tem que fazer contravenções. Eu sempre pensei assim: ‘Espero que cada degrau que eu suba eu não me corrompa eu não seja igual à pessoa que está acima de mim’. São aquelas coisas que quando você sobe e percebe que é impossível não fazer esse negócio aqui. De repente, você descobre que estava sendo muito intolerante (ironia). Realmente é errado, mas hoje eu vejo que não dá para ser assim, é uma utopia, não dá para ser assim a não ser que você queira sair do mercado de trabalho, aí dá para ser assim. Você tem sim que levar o cliente para almoçar, você tem sim que agradar o cliente. Nunca levei ninguém no Figueira, mas num restaurante normal que gaste 30, 40 reais, paguei, é um agrado? É um agrado, talvez quando eu estiver num nível maior eu pague o Figueira.” [sic]

Autoconceito “consciência tranquila”: no item acima descrevemos o esforço que as pessoas fazem para manterem seus valores a salvo numa sociedade que elegeu o “jeitinho brasileiro” como prática que garante poder individual frente às desigualdades, injustiças e falhas do sistema. O autoconceito “consciência tranquila”, no nosso entender, é uma atitude e um compromisso com o pensar bem e com a verdade, eleitos neste estudo como uma bússola adequada para agir no mundo pós-moderno em que a tolerância é exacerbada, beirando o

relativismo, e as balizas para a ação estão borradas (LA TAILLE, 2006 e MORIN, 2005).

Os participantes que elegeram ficar com a consciência tranquila e não “levar vantagem” manifestam seu compromisso com a verdade, com o passado e com o futuro.

Luiz: *“Começamos a errar. Por exemplo, já vi muitas vezes a mãe parabenizar o filho porque a caixa deu o troco errado. ‘Parabéns, você ganhou um dinheiro a mais.’ Ele não merece aquilo.” [sic]*

Marcela: *“Isso são os valores, a moral que vem da família, da educação que a família me deu e a escola também me deu educação e entra os valores morais e a consciência.” [sic]*

Antônio: *“Deitar e dormir com a consciência tranquila”.*
[sic]

Subcategoria Instituições macrossociais

Naturalização da corrupção: dar características naturais a atitudes construídas social e historicamente colabora para a manutenção do *status quo*. Olhar para o mundo factual e perceber que podemos fazer outras construções é a possibilidade de intervir na história e construir um presente e um futuro mais dignos.

A maioria dos participantes percebe que a corrupção na política é “natural”, que qualquer pessoa que assumir um cargo público buscará tirar proveito para si e que a corrupção se espalhou para todas as instituições públicas e privadas. Essa constatação implica na impotência que todos dizem sentir, na descrença na bondade das pessoas, na descrença de que o futuro pode ser melhor o que acarreta em assumir a responsabilidade apenas por si mesmo, sem se engajar no político e no comunitário.

Maria: *“Acho que a corrupção vem desde o sistema feudal e foi passando. Quando você falou do Senado, eles são tão cara-de-paus. Para eles sempre foi assim e está tudo bem. Imagina, vou ganhar para Deputado, dar um jeitinho, arrumar um emprego para o Luiz. Isso é do ser humano. É uma rede igual à teia de aranha.” [sic]*

Thaís: *“Acho que é exatamente isso, como o país conduz as coisas é o que reflete essas pequenas transgressões que nós fazemos conscientes de que ‘vou fazer, todo mundo faz’, a gente dá um jeitinho aqui e está tudo certo. Isso vem de cima para baixo, é óbvio. Se você olhar para a política no dia-a-dia, a cada minuto, a cada minuto isso acontece.” [sic]*

Marco: *“Se você pegar os políticos que são as pessoas que formam opinião, que estão ali para fazer o bem, ensinar as pessoas, dar o exemplo. Porém, desde a monarquia todo mundo roubava e eles continuam os pais de todos como se fosse uma família, a sociedade é uma família; políticos, presidentes, eles são os pais e eles vão ditar como a gente vai viver. Se eles dão o mau exemplo, eu falo ‘o cara rouba lá e eu vou sonegar’, ‘o cara rouba lá e eu tenho a oportunidade de roubar aqui, de ganhar uma bola por fora, alguma coisa’... ‘O cara põe 100 mil dentro da meia!’.” [sic]*

Camila: *“Acho isso muito triste. Eu acho feio julgar. Em algum momento eu posso falhar e acredito que nós homens temos prazer em julgar. É gostoso fazer isso.” [sic]*

Luiz: *“Acho que é muito mais fácil a gente sentir pena de uma pessoa do que de uma instituição que foi roubada. Acho que é muito mais fácil a gente se sentir preso com uma pessoa do que com a instituição que não é física.” [sic]*

Aumento da crítica: apenas um dos entrevistados relatou que se revolta com a corrupção e que esta revolta faz com que perceba e julgue mais o que ocorre em seu entorno. Importante destacar que é justamente a capacidade de julgamento e crítica que nos compromete com o pensar bem e com a verdade.

Fernanda: *“Quando a gente fica sabendo alguma coisa sobre os políticos, gera uma revolta que acaba nos fazendo pensar duas vezes antes de agir. Acho que quando pensamos que o fulano roubou e gera uma revolta e que faz você pensar: ‘Olha como ele está agindo’ e isso desperta em nós um julgamento maior, olhamos para nosso colega do lado e pensamos, não pode fazer assim. Isso por conta da minha revolta.” [sic]*

No trabalho, a transgressão é vista como um meio de adaptar as regras penalizantes às próprias necessidades: todos os participantes que trabalham em empresa e um dos adolescentes relataram que percebem exploração no mundo corporativo. Exploração percebida no aumento da carga horária sem devido pagamento, na maneira como o funcionário é visto se não está disposto a cumprir exigências de metas da empresa quanto a resultados e dedicação total. Dessa maneira procuram compensar tal exploração quanto a estas exigências “levando vantagem”, ou seja, usando benefícios que a empresa oferece para o trabalho, para si mesmo.

Os outros participantes por terem profissões liberais (duas psicólogas e um estudante) não vivenciam em suas experiências de trabalho essa exploração penalizante.

Tháís: *“Eu faço as coisas escondidas como moeda de troca. Eu não tenho o mínimo tempo de ir imprimir 30 páginas de uso pessoal numa gráfica, eu imprimo na minha empresa, encaderno dentro da minha empresa e não peço permissão para ninguém, mas isso para mim é uma moeda de troca, eu trabalho mais de 14h por dia e não tenho tempo de fazer isso. Isso para mim é justo, não sei se eu sou tão justa assim. Isso para mim é justo, não vejo nada de errado nisso, trabalho mais de 14h e não ganho hora extra, eu converto isso em benefício próprio.” [sic]*

João: *“Eu faço isso também e acho que todos fazem isso. Penso: ‘Trabalhei 5 anos na minha empresa e usei meu celular 5 anos para trabalhar e a empresa nunca pagou a minha conta de celular, hoje eu tenho um aparelho de celular da empresa e se eu preciso fazer uma ligação eu uso este aparelho. Porque eu já usei muito o meu aparelho’.” [sic]*

Marco: *“Você está buscando essa compensação, mas tem gente que não tem essa compensação e faz por fazer. Também influencia. É um crime minoritário e acaba sendo normal, todo mundo acaba fazendo.” [sic]*

Sérgio: *“Eu também imprimo coisa no trabalho, mas procuro não exagerar. Porque uma coisa compensa a outra. Trabalhei numa empresa que você saía 10h da noite e não pagava nem táxi e o cara não queria nem saber, se vira, e no outro dia tinha que estar lá 8h da manhã, não queriam nem saber.” [sic]*

Luiz: *“A tecnologia veio para trabalharmos menos, mas a gente passou a trabalhar mais, o trabalho está cada vez mais pesado, mais penalizante e você vai tirar em algum momento proveito dele. O trabalho na sua pergunta foi diferenciado do lazer, só que o trabalho está ocupando o lugar do lazer, ele não está deixando espaço para você ter o seu momento, então você vai tem que aproveitar no trabalho, você vai fazer como? Vai abrir mão da sua vida para trabalhar? Você pega a rotina de qualquer paulista, dormir, acordar, trabalhar, pegar trânsito para voltar a casa, acabou. Você fica num ciclo até o final da sua vida, muitas vezes você nem tem condições de se aposentar e quando se aposenta você fica doente pelo estresse pelo tanto de trabalho que você tem.” [sic]*

Julgamento anulado pela afetividade: foram unânimes as respostas para as questões que envolviam amigos e família que transgrediram valores morais. Para todos os participantes a afetividade prevalece sobre o julgamento entre o certo e o errado, o bom e o ruim e o justo e o injusto.

Quando caracterizamos o “jeitinho brasileiro” citamos a cordialidade que é o agir com o coração que transparece nos dizeres de Holanda (1999): “aos amigos tudo, aos inimigos a lei!”.

Luiz: *“A gente fica de mãos atadas porque nossa ética diz que não e nossa lealdade diz que sim. Quer dizer ao contrário, a nossa ética diz que temos que delatar e nossa lealdade diz que não. Acho que a gente cancela o nosso julgamento, porque enfim, não nos afetou por isso, a gente não delatou e vamos continuar a amizade, que é o propósito da lealdade que a gente preza muito mais.” [sic]*

João: *“Para mim, meus amigos são a família que eu dei diretamente para mim, a família que eu escolhi. Se for um colega eu denuncio, um primo também. Agora, um amigo... família, só se for um caso muito sério.” [sic]*

Tomada de atitude vinculada à gravidade da transgressão e a proximidade com a pessoa: a tolerância parece se dilatar quando falamos de amigos e família. Foi bastante difícil para os participantes se posicionarem contra seus sentimentos para julgar as ações apresentadas na entrevista. O posicionamento contra foi assumido em situações extremas (pedofilia,

assassinato, traição, violência doméstica), porém, se a transgressão envolve roubo, corrupção em instituições, as pessoas disseram se decepcionar e buscar compreender numa clara tentativa de encontrar desculpas para o fato.

Fernanda: *“Eu penso diferente, eu ia falar um monte, ia ficar muito triste e decepcionada e... eu não sei. Você está falando caso extremo: bateu na mulher. Eu preciso me basear numa coisa, deu um desfalque na empresa. Sabe o que é, depende da situação. Se fosse um desfalque, não é a empresa dele, é a empresa do outro, eu ia ficar quietinha, ia ficar chateada.” [sic]*

Marco: *“Os laços de relacionamento. O ser humano vai muito mais por eles.” [sic]*

João: *“Acho que o laço e também o tamanho do erro.” [sic]*

Antônio: *“É parte da sua história. Quando você estava doente, cuidou de você, te deu a vida, te deu tudo, deixou de ter coisas para ele para poder te dar. Então eu acho que você tem que retribuir.” [sic]*

Sérgio: *“Eu não concordo e acho que é como o João falou: se é mais próximo, dói mais. E se a pessoa te passou valores e você vê que ela não segue esses valores, acho que isso vai doer mais. Quando é mais distante, você fica meio assim, mas é seu sobrenome que está em jogo, mas sua vida continua a mesma.” [sic]*

João: *“Acho que depende muito do tipo de coisa que a gente está falando. Se for traficante, desmanche de carro, quantas pessoas morrem por causa disso? Mas hoje, se eu descobrisse que meu tio tem um bingo, sei lá, é um negócio que prejudica pessoas? É, mas a pessoa vai lá atrás de se prejudicar, como cassino.” [sic]*

Os valores são o resultado de um investimento afetivo, portanto, pertencem ao plano ético, “uma vez que é nele que se encontra a energética da vida em geral”. Os valores são experimentados no plano afetivo e são pensados no plano racional. Desse modo, a “ação moral não depende apenas do conhecimento de regras e de princípios, mas também da consciência de quais valores são os nossos, de qual projeto de vida temos ou procuramos ter”, em resumo, de que rumo toma “a expansão de nosso eu” (LA TAILLE, 2006).

O conteúdo das entrevistas permitiu que construíssemos a tabela abaixo, na qual há discrepância entre os valores eleitos nas relações com os microgrupos sociais (família e amigos) e os valores usados nas relações com os macrogrupos sociais (empresa, instituições públicas).

Tabela de Análise IV – Valores

CATEGORIA - VALORES					
Subcategorias					
Valores eleitos nas microrrelações sociais		Valores eleitos nas relações com o sistema social amplo		Instituições responsáveis pela transmissão dos valores	
Honestidade	1	Egoísmo	3	Escola	6
Igualdade	1	Individualismo	4	Família	9
Justiça	1	Competição desleal	5	Relações sociais	5
Companheirismo	1	Resultado econômico	4	Meios de comunicação (revista, TV, livro, jornal)	2
Lealdade	2			Trabalho	4
Respeito	6			Aprender com os próprios erros	1

Tabela 6 – Categoria - Valores

O que chamamos de valores do mundo privado são aqueles eleitos por La Taille (2006) e Morin (2005) como importantes, tanto para a moralidade quanto para o desenvolvimento da personalidade ética legitimados socialmente.

Os valores do mundo público denotam tanto a fragilidade dos vínculos sociais quanto dos projetos de vida, autovalor e, por fim, o embasamento que sustente a “expansão de si mesmo”.

Quanto às instituições eleitas como responsáveis pela transmissão dos valores, é importante relatar que a família, ainda hoje, é vista como a grande responsável por esta transmissão; em segundo lugar, a escola foi eleita pelos participantes de 28 a 34 anos. São exceções ao item ‘escola’ os dois adolescentes que não reconhecem a escola como responsável pela transmissão dos valores morais; para eles, a escola é responsável apenas pela transmissão de

conhecimento formal; a participante de 52 anos, embora esteja estudando, também não elegeu a escola como instituição responsável pela construção de seus valores e um dos participantes elegeu apenas o aprendizado a partir dos próprios erros como responsável pela construção de seus valores morais.

João: *“É, eu lembro até hoje, estava no Pingo Doce e voltei com aquele indiozinho de plástico; era do colégio, dos brinquedos do colégio, e eu voltei para casa. Minha mãe viu que a cor era diferente, ela falou: ‘Onde você arrumou isso?’. É lógico que você, uma criança de 4 anos, acha que é muito esperto e tenta dar uma enrolada, mas é lógico que sua mãe com mais de 30, quase 40, já é um pouco mais esperta que você: ‘Ah, você está querendo me enganar’, e ela chegou à uma conclusão: ‘Você pegou isso do colégio’; ‘É peguei do colégio!’. Cara, minha mãe me fez ir lá no colégio no dia seguinte, levar na frente de todo mundo e devolver para a professora.*

Assim como no dia que um menino me ofendeu e eu quebrei o nariz dele no colégio. Também era pequeno, minha mãe me fez, independente se eu estava certo ou errado, minha mãe falou assim: ‘Você está errado’, independente do que o moleque falou você não deveria ter feito isso com ele. Minha mãe me fez ir no colégio na frente de todo mundo, uma ‘puta’ humilhação para mim naquela época e pedir desculpa para o moleque. Então é assim, eu fui punido e nunca mais quebrei o nariz de ninguém no colégio, nunca mais levei indiozinho para casa, mas assim, se isso acontecesse no governo, na política, no mercado de trabalho, as coisas iriam funcionar de uma forma melhor. Se as pessoas recebessem uma punição iria ser um pouco melhor. Mas isso não acontece.” [sic]

Luiz: *“Não acho que a escola é um lugar que transmita valores. A experiência que eu tive, meus professores sempre foram ultrapassados, e não sei se isso era só para mim, porque eu já tinha uma capacidade de discriminar o que eu queria do que eu não queria muito antes dos meus colegas. Eu nunca gostei do pensamento dos meus professores, sempre achei eles muito retrógrados, sempre tive pensamento divergente do deles.” [sic]*

As relações sociais, principalmente as de amizade, tiveram metade da responsabilidade sobre a transmissão dos valores morais.

As relações de trabalho são vistas pelos participantes do grupo II como bastantes importantes para a aquisição de seus valores morais. E para os adolescentes do grupo I, os meios de comunicação representam lugar de destaque.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos temas ética, moral, transgressão, valores e participação cidadã não é tarefa fácil e não promove conhecimentos inquestionáveis e únicos. O conhecimento construído nesta pesquisa foi uma das possibilidades que nosso contexto educacional, profissional e pessoal (personalidade e experiência) nos possibilitou, não esgotando de maneira alguma, a necessidade de pesquisas na área.

O principal eixo temático desse trabalho é a ética, em que a moral, os valores e a transgressão estão diretamente subordinados a ela.

A moral, entendida como o dever, possibilita a legitimação social dos rumos que escolhemos para a “expansão de si mesmo”. Os valores são nossos investimentos afetivos no projeto de vida que cada um de nós legitimamente escolhe. A transgressão é a resistência às leis injustas que têm a função de promover a justiça social e o engajamento cidadão.

Identificamos, a partir dessa pesquisa, que a causa da vergonha em nossa sociedade atual é não conseguir ter visibilidade social; para tanto, os deveres morais, os valores pessoais sofrem um afrouxamento para atuarmos e sobrevivermos em contextos competitivos, em que o “levar vantagem” e o individualismo se tornam os meios de se guiar num mundo em que o mérito entrou em declínio. Nesse sentido, a transgressão perde sua função de resistência às leis injustas para se tornar um mecanismo compensatório nas relações insatisfatórias.

A “expansão de si mesmo”, fundamento da personalidade ética, está atualmente vinculada ao projeto de ascensão social (carreira, celebridades, dinheiro). Porém, não há garantia de permanecer no “topo”, a ameaça da invisibilidade é constante, de um momento para o outro passa-se de diretor à desempregado, de celebridade à ninguém, de rico à pobre, portanto, eleger como sentido de vida a visibilidade implica em constantemente estar ameaçado de perder tal. Destacamos que para nossos entrevistados a maneira de lidar com a

ameaça da invisibilidade é descobrir quais as regras (legitimadas ou não socialmente) que dão melhores chances de conseguir o cargo, o salário, o poder. Destacamos que a relação que cada pessoa estabelece com o poder em nossa sociedade está diretamente relacionada com o *status* socioeconômico.

As implicações em assumir a ascensão social como norteador da “expansão de si mesmo” apenas é julgada quando as pessoas ou pela crise de consciência, ou, pela descoberta de sua transgressão, ou, pela gravidade do dano, têm de se confrontar com as consequências de suas ações, o que as levou durante as entrevistas a avaliarem suas intenções e a considerar que alguns de seus atos lhes causam vergonha. Desta maneira, entendemos que o sentimento de vergonha nos dias atuais para ser despertado necessita de alta intensidade. Nas falas de nossos entrevistados ela aparece em situações extremas, como por exemplo, dirigir bêbado, atropelar e matar. Porém, em situações avaliadas por eles com menos gravidade (ser multado por dirigir bêbado) não há consideração da intenção – transgredir à regra.

A afetividade característica amplamente reconhecida e legitimada da identidade brasileira apareceu como responsável pelo afrouxamento das balizas morais.

Foi notório, nas falas dos participantes, que nas situações de transgressão praticadas por amigos ou familiares, o julgamento moral é suprimido pela afetividade. Quando pessoas afetivamente importantes do convívio social transgridem as regras estabelecidas socialmente o julgamento apenas se sobrepõe à afetividade em situações extremas, como por exemplo, pedofilia, traição, violência doméstica. Porém, é notório o esforço que os participantes disseram fazer para compreender e, então, desculpar o familiar ou amigo, numa clara tentativa de não entrar em contato com a situação e assim, não modificar a relação.

As relações com os macrogrupos sociais também são permeadas pela afetividade, na medida em que a falta de vínculos afetivos diminui a importância das transgressões. Nota-se que as pessoas não se sentem representadas ou atuantes pelas e nas instituições públicas e privadas, portanto, as transgressões

praticadas por amigos e familiares contra o patrimônio público e privado não são encarados como importantes, já que são anônimas, ou seja, contra ninguém em particular.

As relações de amizade e familiares, ou seja, as relações afetivas são primordiais para a vida do brasileiro. A ética e a moral estão intimamente relacionadas a estas relações, ou seja, “é mais vergonhoso e insuportável denunciar o pai por ter desviado verba da empresa do que ser filho de alguém que rouba”.

A família é vista pela maioria dos participantes como a grande responsável pela construção de seus valores morais. Nesse sentido, nos preocupamos com as direções que nós, como familiares, estaremos apontando para nossas crianças e adolescentes para que tenham elementos enriquecedores para a “expansão de si mesmo” e desenvolverem projetos de vida boa, justa e com sentido.

A escola foi apontada pelos adolescentes como responsável pela transmissão de conhecimentos formais não atribuindo qualquer participação na construção de seus valores morais. Para eles, os meios de comunicação em massa são uma influência na construção de seus valores, o que para nós se reflete num dos resultados diretos da globalização.

Os participantes de idade adulta frisaram que as relações de trabalho têm bastante importância na construção de seus valores.

Nesse panorama descrito notamos que a construção dos valores morais está bastante atrelado às instituições (trabalho e meios de comunicação). Porém, estas instituições não têm grandes preocupações com a formação moral e ética das pessoas uma vez que a empresa segue a lógica do lucro e os meios de comunicação em massa seguem a lógica da cultura do espetáculo. Portanto, é necessário que nós enquanto profissionais dotados de responsabilidade social alertemos para as lacunas na formação moral que tanto a família, quanto a escola deixaram abertas para valorizar e preparar as crianças e adolescentes para a competitividade, para a visibilidade social, para o mercado de trabalho.

No decorrer da elaboração dessa pesquisa obtivemos respostas muito significativas para confirmar a relevância desse estudo. Nos depoimentos dos

participantes foi expressa a gratidão por conversarem sobre algo que nunca haviam pensado e pediram para que promovêssemos outros encontros para continuarmos o diálogo sobre o tema.

Notamos também que no decorrer das entrevistas as pessoas no processo de conversação acrescentavam novos conhecimentos aos seus, o que possibilitou em alguns momentos reflexões sobre suas ações, consideração das intenções de seus atos, consequências e avaliação de como se sentiam.

Devemos destacar que estes espaços de conversação demonstraram ser um lugar apropriado para a discussão, conhecimento e reconhecimento dos fragmentos de um mundo conhecido e que hoje se apresenta borrado, instável e incerto. Tais espaços como vimos são importantes e necessários como uma trégua para as exigências da vida pós-moderna e um reencontro com a bússola norteadora para a construção de vida boa consigo, com outrem e com a sociedade.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. Rio de Janeiro, José Olympio 3ª edição, 2008.

AZEVEDO, I. S. de. **Transgressão, direitos e serviço social**. Doutorado em Serviço Social, PUC-SP, 2006.

BERTHOUD, C. M. E. **“Grupos Focais” como método qualitativo de pesquisa em psicologia: desafios e perspectivas no ensino e na utilização do método**. São Paulo, Psicologia em Revista, 13(1): 41-58, maio 2004.

BIAGGIO, A. **Lawrence Kohlberg: ética e educação**. São Paulo, Moderna, 2006, 2ª edição.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

CHAUÍ, M. **Ensaio Ética e violência**. Fundação Perseu Abramo, Teoria e Debate - nº 39 - outubro-novembro-dezembro de 1998.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 12ª edição 2007.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre as ideias e formas**. 3ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro.** São Paulo: Rocco, 6ª ed., 1997.

DENZIN, N. K & LINCOLN, Y. S. (eds.) **Handbook of Qualitative Research.**, Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications, 1994.

O Planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ESTEVES DE VASCONCELOS, M. J. **Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência.** Campinas, São Paulo, Papirus, 5ª edição, 2006.

FERREIRA, M. C. L. **A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade).** In ORLANDI, E. P. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas, 3ª edição, Pontes, 2003.

FIEL, M.S. **Seqüestro Relâmpago: o sistema familiar organizado pelo trauma.** Monografia apresentada no curso de Especialização em Terapia de Família e Casal NUFAC PUC-SP, 2006.

GRANDESSO, M. A. **Sobre a Reconstrução do Significado: Uma Análise Epistemológica e Hermenêutica da Prática Clínica.** São Paulo, Casa do Psicólogo, 1ª edição, 2000.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KVALE, S. **Ten Standard Objections to Qualitative Research.** Journal of Phenomenological Psychology 25,2:147-171, 1994.

LA TAILLE, Y. **Moral e Ética: Dimensões intelectuais e afetivas.** Porto Alegre: Artmed, 1º edição 2006.

_____. **Formação Ética: do tédio ao respeito de si.** Porto Alegre, Artmed, 1º edição, 2009.

MACEDO, R.M.S. **Os Valores Positivos e o Desenvolvimento do Adolescente: da Vulnerabilidade à Responsabilidade.** Núcleo de estudos da Família e Comunidade, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica PUC - SP, 2003.

MACEDO, R. M. S; KUBLIKOWSKI, I; GRANDESSO, M. **A interpretação em pesquisa qualitativa: a construção do significado.** In: 1º Conferencia Internacional do Brasil de Pesquisa Qualitativa, 2004, Taubaté. Anais: I CIBRAPE. São Paulo: Tec Art Editora Ltda, 2004. p 83 – 93.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar, 1º edição, 1967.

MATURANA, H. **Formação humana e capacitação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MORIN, E. **O Método 6 - Ética.** Porto Alegre, Sulina, 2º edição, 2005.

NARDI, H. C. ; SILVA, R. N. In. FALCÃO, L. F.; SOUZA, P. **Ética e Subjetividade: as técnicas de si na atualidade.** Seminário Internacional Michael Foucault. Perspectiva. Set/2004. UFSC.

PIAGET, J. **Estudos Sociológicos.** Tradução Reginaldo Di Piero, Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, 1º edição , 1973.

_____. **A Epistemologia genética./ Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas de psicologia genética.** Traduções: Nathanael C. Caixeiro,

Zilda Abujama Daier, Célia E. A. Di Piero. São Paulo, Abril Cultural, 2º edição, 1983.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo, Sumus, 1º edição, 1994.

ROZAS, G. **Estratégias de superación de la pobreza y gestión territorial**. Chile, Psykhe, Vol. 8, nº 1. 33-39, 1999.

SÁNCHEZ, E. **Todos para todos: La continuidad de la participación comunitaria**. Chile, Psykhe, Vol. 8, nº 1. 135-144, 1999.

SAWAIA, B. B. **Comunidade como ética e estética da existência. Uma reflexão mediada pelo conceito de identidade** Chile, Psykhe, Vol. 8, nº 1. 20-25, 1999.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006. Obra de 1997.

VIEIRA, E. **O que é desobediência civil**. São Paulo, Abril Cultura, Brasiliense, 1984. Coleção primeiros passos - 10.

- *Sites:*

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – 2000.
<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/subprefeituras.php>. Acesso em 02/02/2010.

MARTINS, L. C. & BRANCO, A. U. **Desenvolvimento Moral: Considerações Teóricas a Partir de uma Abordagem Sociocultural Construtivista**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 17, Nº. 2 Brasília, May/ Aug. 2001.

<mhtml:file://E:\psicologia%20moral%20construtivista.mht> acesso em 18/08/2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Custos Econômicos da criminalidade.**
<http://www.mj.gov.br/senasp/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID472C81CEA9EF40649B47CE414AD28132PTBRIE.htm>. Acesso em 17/09/2007.

VIEIRA, I. **FGV aponta que a classe média representa 52% da população.**
Agência Brasil, 05 de agosto de 2008. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/08/05/materia.2008-08-05.6484290251/view>. Acesso em 02/02/2010.

9 ANEXO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta é uma pesquisa realizada pela aluna Maristela Silva Fiel, Mestranda na Psicologia Clínica do Núcleo de Família e Comunidade da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP sob a orientação da Professora Doutora Rosa Maria Stefanini Macedo. Esta pesquisa é parte das exigências para se obter o título de Mestre em Psicologia Clínica.

Informações gerais sobre a pesquisa.

Tema: Ética nas Relações Sociais: “O Jeitinho Brasileiro”. Aquisição de valores positivos em contextos de transgressão.

Objetivo: O objetivo desta pesquisa foi compreender como o contexto social brasileiro de corrupção, transgressão e impunidade interferem na “expansão de si mesmo”; quais julgamentos fazem de situações que ocorrem frequentemente contra valores morais estabelecidos, como orientam as suas ações a partir do conhecimento de tais ocorrências e finalmente que princípios definem em seus relacionamentos entre pares, instituições e rede social mais ampla.

Procedimento: Este estudo foi realizado com 10 participantes adultos, de idades diferentes, de ambos os sexos e de qualquer classe social. Os participantes foram separados em dois grupos aleatórios para facilitar tanto o processo de conversação quanto o de coleta de dados. O instrumento usado foi o grupo focal e a amostra foi constituída a partir da amostragem bola de neve.

Informo que a participação das pessoas é absolutamente confidencial, ou seja, as pessoas entrevistadas não serão identificadas. Os nomes dos participantes foram alterados na redação da dissertação e os dados divulgados foram selecionados a fim de preservar o anonimato.

Declaro que, em função da natureza desta pesquisa, a participação das pessoas não visou causar riscos que possam transmitir quaisquer danos ou prejuízo.

A colaboração dos participantes foi restringida apenas em participar da entrevista realizada com o prévio consentimento dos mesmos. A entrevista foi gravada em

DVD para a coleta de dados, sendo que, após sua transcrição, foi imediatamente gravada, garantindo absoluto sigilo.

Os participantes que se dispuseram a participar neste estudo têm total liberdade em se recusar a participar, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento, sem que isso lhe cause qualquer penalização ou prejuízo.

Após a realização da pesquisa, foi elaborada esta dissertação sobre o tema, a qual está disponibilizada na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP.

Agradeço a participação dos colaboradores nesta pesquisa científica, que muito contribuíram para a construção do conhecimento, ajudando a desenvolver futuros trabalhos com pessoas, comunidades que estão vivendo em situações de violência(s) e perdendo referências para lidarem com a vida, consigo, com os outros e com a sociedade.

MARISTELA SILVA FIEL
RG: 30.184.226-7

Tendo conhecimento das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizo a utilização dos dados fornecidos pelo participante.

Nome: _____

RG: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura: _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)